Diário de Lisboa

Abril 1977
Segunda-feira

ANO 57.º
N.º 19336
6 escudos

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

ABRIL VALEU A PENA

O FASCISMO FOI DERRUBADO HÁ TRÊS ANOS

ABRIL VALEU A PENA

A data de 25 de Abril assinala uma viragem histórica; marca o início de «um novo curso» na vida política portuguesa. O governo ditatorial fascista foi expulso do Poder pelo acto revolucionário, planeado, decidido e executado pelo «Movimento das Forças Armadas» (M.F.A.). A acção revolucionária militar foi breve. A adesão popular espontânea e o desbordante entusiasmo popular actuaram como factor multiplicador. A presença do povo foi decisiva. Podemos dizer que transformou em Revolução a acção revolucionária militar. Mas cumpre reconhecer à inicial acção revolucionária um carácter político antifascista, anticolonialista e patriótico que se concretizava nos objectivos: democratizar, descolonizar, desenvolver.

Três anos decorridos, o balanço é positivo. A institucionalização da vida democrática realizou-se com resultados que não poderão ser contestados. Em eleições livres, o povo, livremente exprimindo a sua vontade, escolheu os seus representantes. Elegeu um Presidente da República; elegeu deputados; constituiu por sufrágio democrático as administrações locais e municipais. A Constituição inscreveu as conquistas revolucionárias, políticas, económicas e sociais do 25 de Abril e do novo curso democrático, dessa radical transformação da vida nacional que, como se afirma no preâmbulo da Constituição, dá «início a uma viragem histórica da sociedade portuguesa».

«Coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos», a Revolução de 25 de Abril de 1974, derrubou o regime fascista, restituiu aos Portugueses os direitos cívicos e as liberdades políticas e sindicais, lançou os fundamentos da Democracia, abriu a via para o Socialismo.

A descolonização, com as suas dificuldades e profundos traumatismos, foi realizada de modo que, merecendo a incompreensão de muitos compatriotas, despertou a admiração dos estrangeiros e prestigiou o País. Portugal retomou o seu lugar na sociedade internacional. Já não está «orgulhosamente só».

Resta, neste plano, compensar os aspectos negativos e traumatizantes, empreendendo uma política segura e aberta de relações claras, calorosas, fraternais, com os homens e povos que da matriz cultural que tem a Língua portuguesa como instrumento veicular, em português aprendendo a palavra liberdade, ascenderam, pela luta e pelo sacrifício, à dignidade nacional e são hoje Estados independentes.

Mas três anos decorridos sobre a madrugada de 25 de Abril de 1974, este segundo objectivo — descolonizar (tal como o primeiro objectivo — democratizar) está realizado. Os revolucionários de Abril cumpriram.

Cumpriram restituindo ao Povo Português a Liberdade e a Democracia. Cumpriram assegurando as condições para que se realizassem eleições verdadeiramente livres. Cumpriram criando as condições que proporcionaram a entrada em vigor da Constituição, de uma Constituição progressista, que, logo no seu Artigo 1.º, define: «Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes».

O terceiro objectivo — desenvolver, pela própria lógica da institucionalização das estruturas democráticas, políticas e administrativas, não cabia na alçada dos «Capitães de Abril». Estava, naturalmente, confiado ao Governo.

Não é este o momento oportuno para dar balanço às responsabilidades dos sucessivos Governos Provisórios e do Governo Constitucional. A situação administrativa não é satisfatória. A situação económica é grave. Não esqueçamos, todavia, a «pesada herança» a mentira institucional, política, económica e social, que foi o regime fascista em suas sucessivas versões: a confusa ditadura militar, o «Estado Novo» de Salazar, o «Estado Social» de Marcello Caetano.

Existem possibilidades de vencer a crise e de lançar, com o apoio e a participação dos trabalhadores, uma política de recuperação e de desenvolvimento económico. O terceiro objectivo de Abril poderá ser realizado se estivermos à altura dos problemas nacionais, à altura da tarefa histórica iniciada em 25 de Abril de 1974.

Razão têm os «Capitães de Abril» para proclamar: «Valeu a pena fazer a revolução».

Valeu a pena. Valeu a pena libertar Portugal e acabar com as arrastadas e inúteis guerras coloniais. Valerá a pena criar condições políticas para enfrentar os problemas presentes, para deter a crise, para vencer a crise.

Democratizar, descolonizar, desenvolver, são etapas da nossa caminhada revolucionária para as metas: Liberdade, Democracia, Socialismo.

Valeu a pena. E nas comemorações do 25 de Abril cumpre afirmar esta conclusão: valeu a pena. Mas importa que, postos de lado erros e agravos, ressentimentos e paixões, o natural desgaste do percurso, os Revolucionários de Abril se reencontrem, e, no calor da fraternidade de um combate que não está terminado, com o Povo, no seio do Povo, festejem a data histórica da Libertação Nacional.

Dia de Portugal, sim. Dia da fraternidade dos Portugueses que por amor desta terra sofreram e resistiram, conheceram as prisões, o exílio, as perseguições, o silêncio, a mordaça da censura, durante os longos anos em que imperou na Pátria «o vício da tirania, infame e urgente».

Dia de confraternização e de reencontro no qual de novo cumpre afirmar: «o Povo é quem mais ordena».

E o Povo ordena que a Constituição seja cumprida.

Esta é a «ordem do dia», a certeza, que será afirmada neste 25 de Abril. Afirmação de que estão vivos os ideais de Abril; afirmação de que é preciso defender as conquistas políticas, económicas e sociais de Abril; afirmação de que Abril valeu a pena.

Diário de Lisboa

FUNDADOR: JOAQUIM MANSO DIRECTOR: A. RUELLA RAMOS
SEGUNDA-FEIRA, 27 DE JULHO DE 1970 N.º 17 667 ANO 58.º PREÇO 1$00

ATENÇÃO
A MOSCA
PICA AOS SÁBADOS

PROF. DR. OLIVEIRA SALAZAR

MORREU SALAZAR

O ANTIGO CHEFE DO GOVERNO SUCUMBIU ÀS 9 E 15 DE HOJE

O prof. dr. Oliveira Salazar faleceu esta manhã. Eram 9 horas e 15 minutos.

Uma assistência médica excepcional e permanente e uma invulgar resistência física do enfermo prolongaram a agonia do antigo Presidente do Conselho, após a grave crise que o acometeu na noite de 25 para 26 do corrente. Esse crise, de consequências irreversíveis, seria a última desde que, a 7 de Setembro de 1968, o prof. Salazar sofreu um acidente na sua residência do que não mais se recomporia inteiramente, pelo que o Chefe do Estado, duas semanas depois, se viu forçado a substituí-lo, nomeando para lhe suceder na Presidência do Conselho, o sr. prof. dr. Marcello Caetano, que tomou posse do cargo a 27 do mesmo mês.

INSUBORDINAÇÃO ABORTADA

16.3.1974

Marchou sobre Lisboa uma companhia do Regimento de Infantaria 5 das Caldas da Rainha

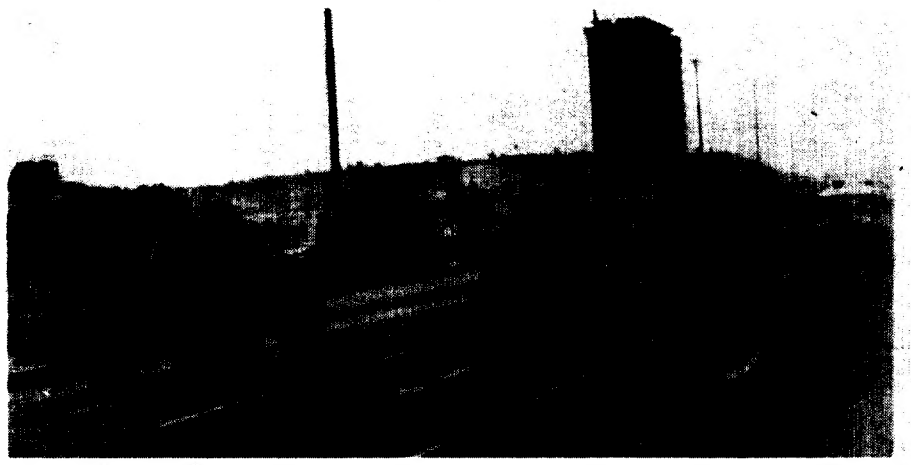
Ontem de manhã começou a constar em Lisboa que oficiais do Exército estavam a ser chamados para os diferentes quarteis da cidade e da região a fim de tomarem parte numa operação tendente a impedir o acesso à capital de uma companhia entretanto transportada procedente das Caldas da Rainha.

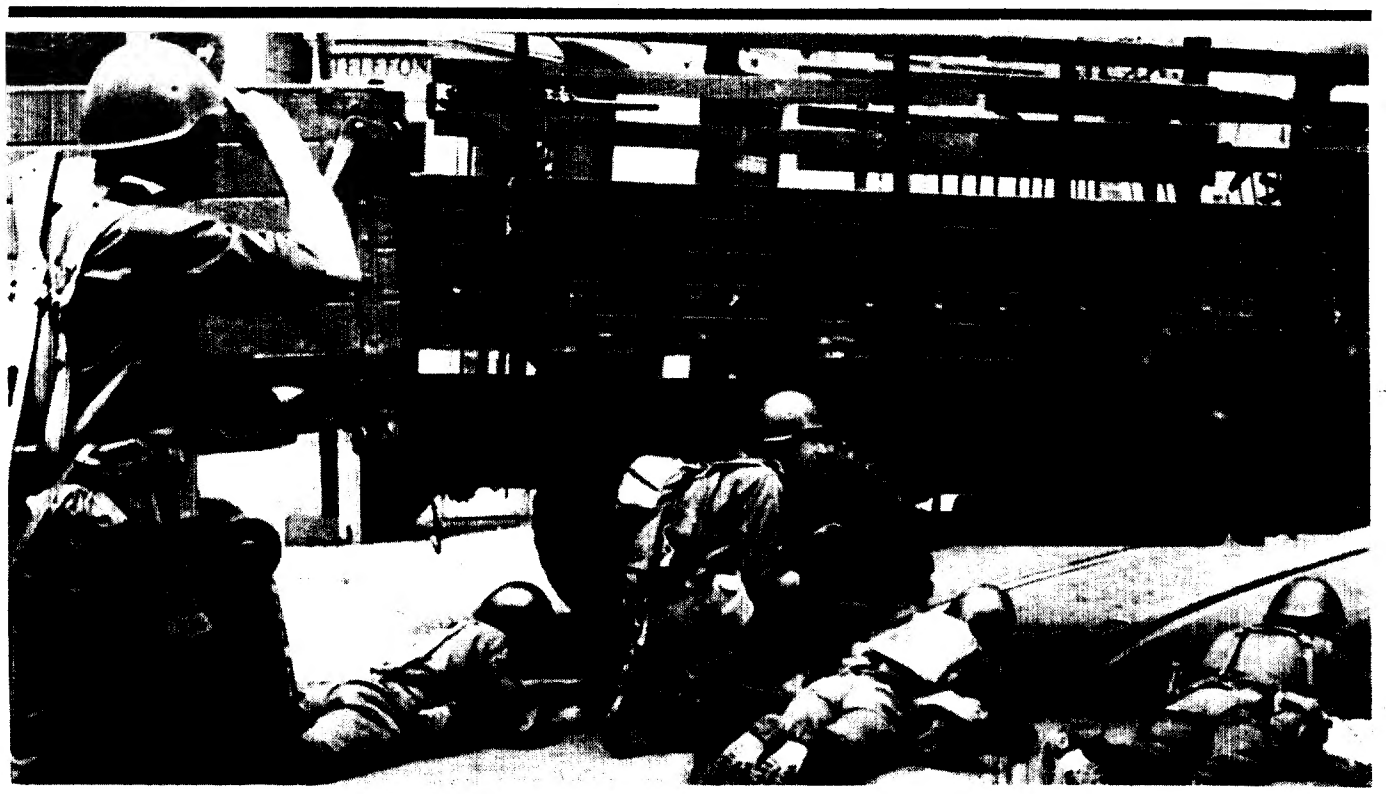
Essa companhia, segundo informação que [illegible] obtendo minuto a minuto, viera para a rua [illegible] pela insubordinação de alguns oficiais [illegible] Regimento de Infantaria 5, aquartelado naquela cidade. Apoiados por [illegible] oficiais que se [illegible] encontravam no RI5, os insubordinados prenderam o comandante, o segundo comandante e [illegible] chefes do mencionado Regimento e puseram-se à rua com tropas. O destino — como se pode ver pela nota oficiosa que também inserimos nesta edição — era efectivamente Lisboa.

Ontem se procedia [illegible] dos oficiais. [illegible] entrava em prevenção rigorosa. Lisboa [illegible] numa cidade [illegible] e na auto-estrada: as ruas de Vila Franca de Xira estavam a ser patrulhadas por marinheiros; tropas de Chaves e de Penafiel iam a caminho do Porto; outras de Beja dirigiam-se, por sua vez, para Lisboa, etc.

Outra informação: tropa armada em Rio Maior (na estrada Lisboa-Porto), sendo todos os veículos revistados. Perguntas dos automobilistas, espanto enigma... Os oficiais insubordinados, foram transportados para uma unidade militar

Recorde-se dois anteriores movimentos militares que também alertaram o País: o da Mealhada (uma coluna que saiu do Porto e é detida naquela localidade por tropas vindas de Coimbra)





Eu estava em tal sítio e fiz o seguinte

Na madrugada do dia 25 de Abril de 1974, forças militares comandadas por oficiais integrados no «Movimento das Forças Armadas» iniciaram uma série de operações que viriam a culminar, decorridas algumas horas, na queda de um regime que se impusera pela força e que pela força se mantivera ao longo dos 47 anos mais escuros e tristes da história contemporânea do País.

A três anos de distância, vale a pena revisitar o 25 de Abril e voltar a viver as horas de alegria que todos os portugueses viveram nesse dia em que as flores mais populares da capital — os cravos que o povo cultiva em vasos nas janelas e nas bermas dos telhados — apareceram nas mãos de toda a gente, subitamente transformados nas bandeiras da liberdade que regressava à vida portuguesa cheia de promessas e de esperanças.

A revolução não chegou da mesma forma ao conhecimento e à vida de toda a gente.

«QUALQUER COISA» NO AR

Alguns, cruzando-se de madrugada com colunas militares, podem ter desconfiado de que se passava «qualquer coisa», mas quantos se terão apercebido de que a Revolução estava em marcha? A três anos de distância, Diamantino Leite, motorista duma empresa de transportes, recorda-nos o que se passou com ele.

«Andávamos a fazer a mudança da casa de uma família que ia passar o Verão à Lagoa de Óbidos e fui para a estrada de madrugada para me despachar. Cruzei-me com uma coluna militar e achei que aquilo metia gente a mais para manobras. Além disso vinham com cara de caso, mas não liguei — na estrada a gente encontra- de tudo.

Soube da revolução ao meio dia nas Caldas. Até me lembro de ter dito ao amigo que me deu a notícia que se eles me trouxessem um filho que tinha nas guerras de África, punha-me logo do seu lado...»

. A experiência de António Tadeu, um redactor do «Diário de Lisboa», simultaneamente profissional da Imprensa e da Rádio, é um bom exemplo do que foi a confusão durante as primeiras horas da Revolução.

«Onde estava e o que vi? Melhor fora me perguntassem onde estava e o que não vi.

Estar, estava eu, nem mais, a sair a porta das instalações do «D.L.» na Rua Castilho, onde então a Redacção funcionava. Vinha comigo o camarada que me tinha acompanhado no turno da noite. Havia magotes de soldados ali no cruzamento da Sampaio e Pina, a Rua do Rádio Clube, já chamado (tempos...) a «Emissora da Liberdade».

«O que é isto?»

«Pá, aqui passa-se coisa...»

Uma certa, numerosa fauna parava muito por aquela zona do Parque Eduardo VII. Parava e para. Era frequente a presença ali de polícais e de piquetes militares, por causa da prostituição e coisa e tal.

Arrancámos.

Na Avenida Fontes Pereira de Melo, mais grupos de militares. «Deve ser uma rusga em grande, pá. Aqui deve ser por causa da «bôite». («Bôite» havia, mas também havia ali um centro fulcral de telecomunicações — que grandes nabos, não é verdade, meu companheiro desse bocado de noite?)

Chegado a casa família a dormir, uma sanduíche, uma bebida e um livro que deveria dar até às tantas da madrugada — hábito velho. De repente, duas, três, rajadas.

Ná, ná. Há mesmo coisa. E é ali na Televisão!

Toca a enfiar as botas, pegar na casaca de ferro (assim chamam os filhos à gabardineca para todas as ocasiões) ... e rua. Depois, não me perguntem mais nada. Voltei a casa era dia 28. O que vi, muitos o contaram desde então melhor do que eu o faria. Só mais esta coisa: a família, mulher e filhos pequenos, não estavam nada zangados comigo. Eu tinha o cuidado de telefonar sempre que podia ou conseguia. Pelo que escutava no transistor, primeiro sintonizando o Rádio Clube mais tarde a ex-EN, minha mulher sabia que o meu lugar não era em casa. É tudo. Muito pouco. Mas não é nada.»

«UNS COMUNICADOS ESTRANHOS»

Uma grande parte da população da cidade começou a perceber o que se passava pelos comunicados do Rádio Clube Português. Os primeiros, necessariamente ainda muito vagos, excitaram a curiosidade dos ouvintes dando-lhes a entender que se passava alguma coisa, mas não permitiram que se compreendesse imediatamente a dimensão do movimento.

O actor Francisco Nicholson foi dos que primeiro se aperceberam do evoluir dos acontecimentos: «Tinha acabado de me deitar quando recebi uma chamada dum bêbado meu amigo que me disse para ligar o receptor porque o Rádio Clube estava a transmitir uns comunicados estranhos. Segui o seu conselho, compreendi que estava a acontecer alguma coisa, saltei da cama e fui a correr buscar o Mário Alberto e a Céu Guerra. Nunca mais parei...»

. A notícia chegou cedo aos arredores de Lisboa. José Manuel Vaz Rodrigues, livreiro, acordou por volta das 6.30 na sua residência de Odivelas e «ouviu falar os vizinhos». A conversa girava em torno de acontecimentos que estariam a decorrer em Lisboa e de cinco em cinco palavras aparecia a palavra «revolução». «Vesti-me a correr e fui para Lisboa. Já havia gente nas ruas e já se falava abertamente na queda do fascismo».

Na sua grande maioria lisboetas souberam dos acontecimentos por volta das sete ao acordar.

Maria Manuel Garcia, que trabalha ao balcão de uma loja da Baixa, relata-nos a sua experiência: «Acordaram-me aos gritos e a minha mãe agarrou-se a mim dizendo que não me deixava sair de casa porque estava tudo doido. Vi-me livre para perceber o que tinha acontecido e lá para as nove saí de casa e fui para o trabalho. Como as portas estavam fechadas e tive notícias de que havia soldados no Terreiro do Paço, fui até lá. Nesse dia cheguei a casa já depois da meia noite com os pés inchados de andar atrás dos soldados. A minha mãe estava desperada».

Uma pergunta que se levanta é a de saber como é que os outros, os que perderam a revolução, os que na noite de 24 para 25 se levantaram mais tarde do que os «Capitães de Abril» souberam do que se estava a passar.

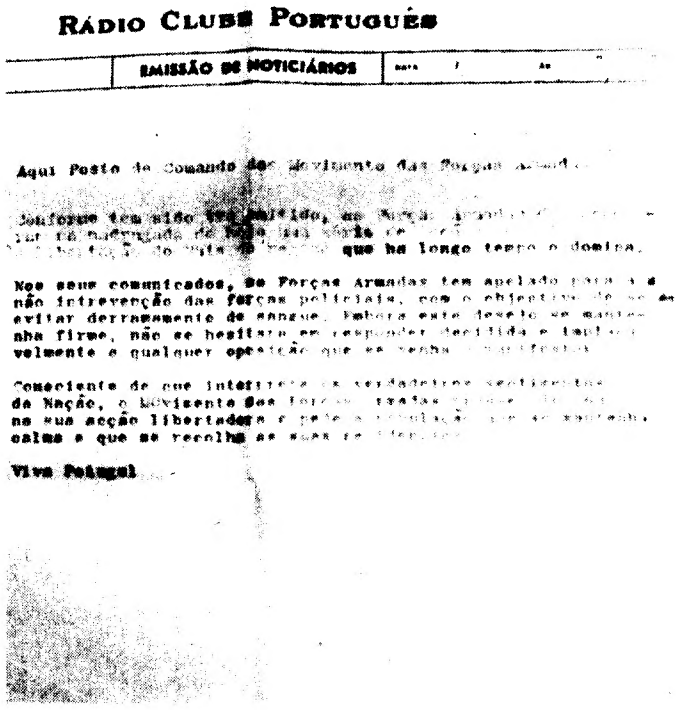
FUGIRAM PELO BURACO

Marcelo Caetano declarou numa entrevista concedida ao Mundo Português do Rio de Janeiro: «Fui surpreendido no primeiro sono pelo major Silva Pais...» A frase não deixa dúvidas de que pelo menos este chefe do regime deposto soube dos acontecimentos antes de muitos dos seus adeptos mas não há dúvida de que se deitava tarde, já que soube pelo chefe da PIDE que os revoltosos já tinham «conquistado» o Rádio Clube Português e a Emissora, o que só aconteceu depois das três. O ministro da Economia da época não foi informado oficialmente por ninguém do que estava a acontecer. Soube-o em casa, quando se preparava para ir ao Ministério, por uma empregada.

Os tubarões, porém foram avisados a tempo e horas como se depreende do facto do almirante Tenreiro ter entrado manhã cedo no Ministério da Marinha com os ministros da Marinha, da Defesa e do Interior que passado algum tempo, viriam a fugir por um buraco aberto na parede.

Continua na pág. 4

Ainda incrédulos, guardas da PSP são detidos e convidados a entregar as armas (imagem obtida à porta do Rádio Clube Português)



RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS

EMISSÃO DE NOTICIÁRIOS

Aqui Posto de Comando [illegible] das Forças Armadas.

Conforme tem sido [illegible] que há longo tempo o domina.

Nos seus comunicados, as Forças Armadas têm apelado para a [illegible] não intervenção das forças policiais, com o objectivo de [illegible] evitar derramamento de sangue. Embora este desejo se mantenha firme, não se hesitará em responder decidida e [illegible] violentamente a qualquer operação que se tente [illegible]

Consciente de que interpreta os verdadeiros sentimentos da Nação, o Movimento das Forças [illegible] trata [illegible] na sua acção libertadora e pela [illegible] que se apoderou, calma e que se recolha [illegible]

Viva Portugal

Aqui Posto de Comando das Forças Armadas

. «Aqui posto de Comando do Movimento das Forças Armadas. As Forças Armadas Portuguesas apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a suas casas nas quais se devem conservar com a máxima calma. Esperamos sinceramente que a gravidade da hora que vivemos não seja tristemente assinalada por qualquer acidente pessoal para o que apelamos para o bom senso dos comandos das forças militarizadas no sentido de serem evitados quaisquer confrontos com as Forças Armadas. Tal confronto, além de desnecessário, só poderá conduzir a sérios prejuízos individuais que enlutariam e criariam divisões entre portugueses, o que há que evitar a todo o custo.

Não obstante a expressa preocupação de não fazer correr a mínima gota de sangue de qualquer português, apelamos para o espírito cívico e profissional da classe médica esperando a sua acorrência aos hospitais a fim de prestar a sua eventual colaboração que se deseja, sinceramente, desnecessária.»

Os militares ocupam as instalações do Rádio Clube Português. Durante algum tempo, o RCP chamar-se-á Emissora da Liberdade

Depoimentos sobre o 25 de Abril

Continuação da pág. 3

GENTE CÁ DA CASA DIZ O QUE VIU

Do que se passou nos diversos pontos da cidade, porém, são testemunhas os actuais redactores do «D.L.», que esteve po já trabalhavam no jornal e contribuiram para a cobertura dos acontecimentos.

Neves de Sousa, que chegou ao Rádio Clube Português por volta das 4 e 30 da madrugada descreve-nos o que se passou nessa estação de rádio que desempenhou um papel tão importante na revolução.

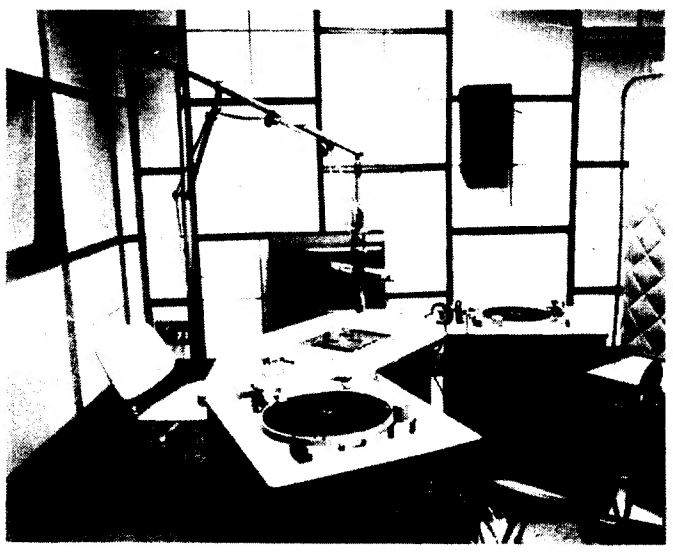
«Eram quatro da madrugada: corro a casa do Beça Múrias e arrancamos, de Oeiras para a Sampaio Pina, a cento e tal à hora. A estrada era uma fita calma, silenciosa. A primeira barreira estava na Artilharia Um. Depois, o acesso ao RCP fazia-se lentamente, com escolta e só para a Imprensa. A entrada no edifício, porém, fiava mais fino: só trabalhadores da casa e mesmo esses ficavam com o Vinicius e a Teresa, no bar, interrogando-se e perguntando.

«Apareceram os rapazes da ideia: e o porteiro (o Alcino), mais o Zé Ribeiro, o António Barra, o Luís Filipe Costa, o Joaquim Furtado, Clarisse Guerra, Mário Pereira o Silva Porto, todos à volta de quem (cortêsmente) impedia saídas e dava ordens, escrevia textos ou corria, salto cá pulo lá, até ao posto de comando (o «Papá Charlie») mesmo nas barbas do Maria Amália. Foi a manhã que muitos não esquecem mais: Campos Moura, Costa Neves, Santos Silva, Correia Pombinho, Mendonça de Carvalho, Santos Coelho, Santos Ferreira, Sobral Costa. Os polícias começavam a entrar na arrecadação: sem cinto, olhar quebrado. Os comunicados saiam dali, da mesa do átrio do RCP, cada qual a pretender colaborar e alguns camaradas da Imprensa também sem medo de comungarem no ideal dos revolucionários. O Rui Pacheco, primeiro repórter fotográfico a dar cara, é um mar aberto. Na sua máquina pelo dia fora e para todo o sempre, ficavam rostos que o 25 de Abril devorou com ferocidade.»

Nessa altura, porém, já os acontecimentos se tinham precipitado ou, melhor, já os «Capitães de Abril» tinham tomado posições na cidade. O centro da acção era, sem dúvida, o Terreiro do Paço, ocupado por forças da Escola Prática de Cavalaria e de Cavalaria 7.

Luís de Sttau Monteiro, outro redactos do «D.L.», que esteve no Terreiro do Paço e no Carmo, conta-nos o que viu:

«Fui acordado pelo Artur Ramos que me telefonou a contar dos comunicados transmitidos pelo Rádio Clube. Saltei da cama e fui a correr para a redacção onde estive cerca de cinco minutos. Saí com a Margarida Silva Dias que então fazia parte da redacção e dirigimo-nos para o Terreiro do Paço onde soldados da Escola Prática de Cavalaria acabavam de formar cordões para impedir o acesso do público à praça. Havia, aliás, muito pouco público quando lá cheguei. Atravessei o cordão graças ao Salgueiro Maia e ao Brito e Cunha que me reconheceram e durante algum tempo andei de carro em carro a falar com os soldados. Lembro-me de ver a cabeça do Moreira Baptista assumar a uma janela do Ministério da Defesa e de subir, a correr, a escada do Ministério com os militares que o foram prender, tal como me lembro da desilusão que se apossou de todos quando, terminado o intervalo ingenuamente concedido aos membros do Governo que se encontravam no gabinete, se abriu a porta e se deparou com o buraco que eles tinham usado para fugir. Mais tarde, quando o «Gago Coutinho apontou os canhões para a praça percebi pela primeira vez que o Terreiro do Paço era vulnerável. Até aí sentira-me seguro. Voltei a ter essa sensação quando ouvi as rajadas disparadas pelas forças do Junqueiro Reis e assisti às discussões sobre a melhor forma de se anular este oficial que teimava em manter-se fiel a um governo que já não existia. Sentado no chão junto ao urinol onde o tenente-coronel Correia de Campos se instalara, passei alguns momentos de ansiedade durante os quais me pareceu que o «Gago Coutinho» se utilisara de mim — de mim, pessoalmente — para assestar os canhões. Ainda me lembro do sorriso com que o tenente-coronel Correia de Campos, agarrado a um transmissor-receptor, informou os presentes: «A marinha está neutra — não dispara sobre nós». Assisti à prisão do subsecretário de Estado da Defesa e, mais tarde, segui com a coluna do Salgueiro Maia para o Carmo. Nessa altura já as ruas estavam cheias de gente que eu fui fotografando com uma máquina que me emprestaram. Lembro-me de verificar que aquela gente qye aplaudia a coluna era muito nova — adolescentes e crianças — e de perguntar a um camarada o que teria acontecido aos trintões e aos quarentões. A coluna levou muito tempo a chegar ao Carmo. Em frente do Teatro S. Carlos estava muita tropa armada, creio que era gente da GNR ou da Tropa de Choque da PSP mas não estou certo. Levou horas a colocar um carro de assalto em posição de os anular...



Foi neste estúdio, através dos seus microfones, que às 4 horas e 20 minutos da madrugada de 25 de Abril, o MFA fez saber ao Povo português que o Fascismo ia acabar. O apoio dos trabalhadores da Rádio à Revolução foi decisivo, nesse e noutros momentos. Com muitas deficiências (onde está escola?) e apesar de erros cometidos, esses trabalhadores foram capazes, de dar resposta ao ideal revolucionário que tinham dentro de si e lhes foi posto em desafio, muito claramente, pelo 25 de Abril. Muitos deles foram afastados, mas o papel que desempenharam durante quase dois anos na consciencilização e mobilização do nosso povo no sentido de uma sociedade mais justa e mais fraterna, não se apagou. A semente foi lançada e os seus frutos não deixarão nunca de florescer

25 de Abril: os militares tomam posição defronte ao quartel da Penha de França. É o princípio do fim da Legião Portuguesa

MATERIAL VELHO MAS MESMO ASSIM

Do Terreiro do Paço o centro da acção deslocou-se para o Carmo. Dos jornalistas do «D.L.» que fizeram a cobertura dos acontecimentos no Carmos, só o Sttau Monteiro ainda hoje permanece na Redacção, motivo por que voltamos a dar-lhe a palavra.

«A correlação das forças no Carmo foi variando durante o dia. Quando lá cheguei na coluna do Maia já havia forças da GNR no Camões, mas mantinham-se estáticas. A minha primeira impressão foi de que o material do Maia estava velho e que era pouco operacional. Não sou técnico destas coisas, mas há frases que não se esquecem, como algumas que ouvi na altura: «Não desligues isso, que se o motor se for abaixo, nunca mais o tiramos daqui». «Isto está a ferver por todos os lados», «Se isto dá raia, estamos perdidos porque não temos munições». Nada disto me desanimou mas fiquei apreensivo. A medida que o tempo passava, ia chegando gente e, a partir de certa altura, o povo rompeu os cordões que o mantinham fora da praça. Alguém — já não me lembro ao certo de quem — veio dizer-me que forças da GNR tinham ocupado o Largo Trindade Coelho e passei a informação ao Maia que me pediu para as ir contar. Lá fui, sentindo que não nascera para militar, mas não consegui contar os homens da GNR que me seguiam com os olhos sem largar as armas. Descrevi rapidamente a situação ao Maia que deu algumas ordens e seguiu para o largo. Minutos depois começaram a aparecer soldados nos telhados. Lembro-me de que soldados e homens da GNR se observavam mutuamente em silêncio com um ar ameaçador. Lembrei-me dum jogo que jogava em miúdo — o jogo do sisudo — e pensei comigo mesmo: «o primeiro que se rir leva um tiro». A certa altura, necessitando de comunicar para a Redacção, subi a um segundo andar e «conquistei», quase a murro, um lugar a uma magnífica janela. Coloquei uma secretária a jeito, peguei num telefone e mantive-me em contacto com o jornal descrevendo o que se passava à minha frente. Vi chegar o Feitor Pinto, assisti às rajadas, vi o Maia entrar no quartel, assisti à saída do Marcelo e fui compreendendo o que se passava pelo que me iam contando, de quando em quando, o Maia e o Brito e Cunha. Lembro-me dum detalhe: em determinada altura a área foi sobrevoada por um helicópetro e o pânico apossou-se da multidão. Recolhi-me debaixo duma camioneta militar onde discuti a situação com o José Cardoso

Continua na pág. 5

Programa do Movimento das Forças Armadas

«Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os portugueses de todas as raças e credos;

Considerando que a definição daquela política só é possível com o saneamento da actual política interna e das suas instituições, tornando-as, pela via democrática, indiscutidas representantes do povo português;

Considerando, ainda, que a substituição do seu sistema político vigente terá de processar-se sem convulsões internas que afectem a paz, o progresso e o bem-estar da Nação, o Movimento das Forças Armadas Portuguesas, na profunda convicção de que interpreta as aspirações e interesses da esmagadora maioria do povo português e de que a sua acção se justifica plenamente em nome da salvação da Pátria e, fazendo uso da força que lhe é conferida pela Nação através dos seus soldados proclama e compromete-se a garantir a adopção das seguintes medidas, plataforma que entende necessária para a resolução da grande crise nacional que Portugal atravessa:

A) MEDIDAS IMEDIATAS

1 — Exercício do poder político por uma Junta de Salvação Nacional até à formação, a curto prazo, de um Governo Provisório civil. A escolha do presidente e vice-presidente será feita pela própria Junta.

2 — A Junta de Salvação Nacional decretará:

a) A destituição imediata do Presidente da República e do actual Governo, e dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado, medidas que serão acompanhadas do anúncio público da convocação, no prazo de doz meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal directo e secreto, segundo lei eleitoral a elaborar pelo futuro Governo Provisório.

b) A destituição de todos os governadores civis no continente, governadores dos distritos autónomos nas ilhas adjacentes e governadores-gerais nas províncias ultramarinas, bem como a extinção imediata da Acção Nacional Popular.

I — Os governos-gerais das províncias ultramarinas serão imediatamente assumidos pelos respectivos secretários-gerais, investidos nas funções de encarregados do Governo até nomeação do novo governador-geral pelo Governo Provisório.

II — Os assuntos decorrentes dos governos civis serão despachados pelos respectivos substitutos legais, enquanto não forem nomeados novos governadores pelo Governo Provisório.

c) A extinção da D.G.S., Legião Portuguesa e organizações políticas de juventude. No Ultramar a D.G.S. será reestruturada e saneada, organizando-se como polícia de informação militar enquanto as operações militares o exigirem.

d) A entrega às Forças Armadas dos indivíduos culpados de crime contra a ordem política instaurada, enquanto durar o período de vigência da Junta de Salvação Nacional, para instrução de processo e julgamento.

e) Medidas que permitam uma vigilância e um controlo rigorosos de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro.

f) A amnistia imediata de todos os presos políticos, salvo os culpados de delitos comuns, os quais serão entregues ao foro respectivo, reintegração voluntária dos servidores do Estado destituídos por motivos políticos.

g) A abolição da censura e exame prévio.

I — Reconhecendo-se a necessidade de salvaguardar o segredo dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública causadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários, será criada uma comissão «ad hoc», para controlo da Imprensa, Rádio, Televisão e Cinema, de carácter transitório, directamente dependentes da Junta de Salvação Nacional, a qual se manterá em funções até à publicação de novas leis de Imprensa, Rádio, Teatro, e Cinema, pelo futuro Governo Provisório.

h) Medidas para a reorganização e saneamento das Forças Armadas e Militarizadas, GNR, PSP Guarda Fiscal, etc.

i) O controlo de fronteiras será das atribuições das Forças Armadas e Militarazadas, enquanto não for criado um serviço próprio.

j) Medidas que conduzam ao combate eficaz contra a corrupção e a especulação.

B) MEDIDAS A CURTO PRAZO

1 — No prazo máximo de três semanas após a conquista do Poder, a Junta de Salvação Nacional escolherá de entre os seus membros o que exercerá as funções de Presidente da República Portuguesa, que manterá poderes semelhantes aos previstos na actual Constituição.

a) Os restantes membros da Junta de Salvação Nacional assumirão as funções de chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, vice-chefe do Estado-Maior da Armada chefe do Estado-Maior do Exército e chefe do Estado-Maior da Força Aérea e farão parte do Conselho de Estado.

2 — Após assumir as suas funções o Presidente da República nomeará o Governo Provisório civil, que será composto por personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se identifiquem com o presente programa.

3 — Durante o período de excepção do Governo Provisório, imposto pela necessidade histórica de transformação política, manter-se-á a Junta de Salvação Nacional, para salvaguarda dos objectivos aqui proclamados.

a) O período de excepção

Continua na pág. 5

Depoimentos sobre o 25 de Abril

Continuação da pág. 4

Pires que tivera a mesma ideia. Ambos sabíamos que o Maia estava cercado pela GNR e que esta tendo ocupado o Largo Trindade Coelho, começara já a ocupar o Rossio. Outro detalhe: alguém tendo ouvido que eu era «doutor» considerou-me médico e veio pedir-me para ir prestar assistência a um jovem que fora ferido a tiro na António Maria Cardoso. Só então nos apercebemos de que ali mesmo, a escassas centenas de metros, se iniciava a luta com a PIDE/DGS. É claro que estive sempre preocupado, não só pela situação em que se encontrava a coluna do Maia como por outros motivos: homem de família, não sabia o que acontecera às crianças que tinham recebido ordens expressas para ficar em casa mas que... em dia de revolução, porque haviam elas de acatar ordens?

UM «TRANSISTOR» NUM APEADEIRO

Pedro Alvim que, acompanhado de Fernanda Mestrinho, se deslocou a casa de Spínola para tentar «saber alguma coisa» (tudo era tão confuso ao princípio...), e viu os Fuzileiros a subir a Rua do Alecrim e tomar a Rua António Maria Cardoso, onde se situava a PIDE, conta-nos como lhe chegou a notícia do «25 de Abril».

«Estava eu à espera do comboio para Lisboa (eu moro em Sintra), num apeadeiro chamado Portela, manhã cedo, quando ouço música. Vinha de um «transistor» que o homem da bilheteira tinha junto da orelha.

«Eh, pá, disse-me ele, este já não escapa!»

«Este quem?» — perguntei.

«Ouça, ouça!»

Ouvi — e fiquei a saber que o que não escapava era o Governo de Marcelo Caetano. Os «Capitães de Abril» estavam na rua, tinham tomado a cidade, as emissoras, estavam a ser aplaudidos pelo povo... Uma canção, até então nunca ouvida surgia no espaço de quando em quando: «Grândola, vila morena».

Dentro do comboio, a caminho do Rossio, as pessoas tinham lágrimas nos olhos. Olhávamos uns para os outros e sorríamos. Apetecia abraçar toda a gente!

. Toda a manhã fui repórter, toda a tarde também. Inesquecível: os soldados eram povo, e o povo era soldado. Os cravos vermelhos tornavam pacíficas espingardas e metralhadoras — e, correndo de um lado para outro, de mão dada com uma camarada de trabalho, eu assistia a um dia diferente, a um ponto de referência que não mais me sairá da memória. Sim, sim: sempre a essa data serei fiel.

Ao fim da tarde no abraço comum de todos nós, assisti (assistimos) à rendição de Marcelo. As árvores do Largo do Carmo quase que não aguentavam com as pessoas que tinham subido para os ramos — e toda a cidade (que noite longa e maravilhosa) era um grito de alegria, uma canção («O povo é quem mais ordena...») e também (desde logo) o avançar para uma sociedade mais justa. Com o correr do dias tudo se sintetizou numa palavra: Socialismo.»

O ATAQUE À PIDE

Só à noite e, mesmo assim, só noite fechada, é que os Fuzileiros receberam ordens para atacar a sede da PIDE/DGS. Entretanto tinham-se verificado escaramuças e muitos dos PIDES tinham fugido aproveitando as portas traseiras do edifício e recorrendo a expedientes vários.

Josué da Silva, que assistiu a algumas tentativas malogradas de fuga e outras que resultaram, conta o que viu:

« — A Pide está cercada!

Eram as 21 horas do dia 25 de Abril, depois do atentado que os elementos daquela negra corporação fascista, tinham feito, ao cair da tarde, contra um grupo antifascistas que se manifestavam junto da sua sinistra sede. A minha «correria» em torno do 25 de Abril, tinha começado no Terreiro do Paço, mais tarde no Carmo. «Mas agora não arredo daqui!» Queria assistir à rendição da PIDE. Ou talvez houvesse uma outra esperança: se eles resolvessem sair pela força...

Ratos astutos, procuraram abandonar o edifício da António Maria Cardoso como quem vai às compras. Pelas 21 horas, um grupo de cinco pides saiu as portas da sua sede e subiu, como quem conversa de futebol, a António Maria Cardoso. Tentavam passar por cidadãos vulgares. Mas o alarme deu-se. Um dos pides, ao tentar a fuga, de pistola em riste, foi abatido. Há uma foto do acontecimento, única, julgo eu, feita por um dos camaradas do «DL». Porém, a PIDE estava mal **cercada**. as «Panhard» os «jeeps» do MFA ocupavam apenas o cimo da António Maria Cardoso.

Zero horas e 30 minutos, aproximadamente. Eu e o camarada Hernando, que tinhamos avançado na rua Duques de Bragança, por vermos uns vultos suspeitos ao fundo, na Vítor Cordon, confirmámos: paulatinamente, alguns pides abandonavam a sede pela «porta do cavalo»., na parte sul da António Maria Cardoso, desciam a Vítor Cordon e perdiam-se na escuridão. O Hernando queria segui-los e apontar a máquina. Avisei-o: «Estão armados». Voltámos atrás, depois de os ouvirmos dizer: «A PSP está ali». De facto, um grupo de guardas da PSP ocupava o cruzamento da Serpa Pinto com a Vítor Cordon. Contesta outro pide: «Não há azar. A PSP deixa-nos passar». E passaram.

Voltámos acima e falámos com o dr. Sousa Tavares. O dr. Sousa Tavares tomou a deliberação de avisar o oficial da Marinha que estava a comandar a força militar estacionada no Largo do Camões. Tinham-se visto pides a sair pela porta do pátio existente por debaixo do Sindicato dos Jornalistas. Ocupar o Sindicato, foi a ordem. Catorze homens e um sargento. Nem calculam o que aconteceu ali naquela noite. O Andrade Santos, da Anop, e o António Santos, entre outros, podem testemunhar. O grupo de cerca de 10 jornalistas acompanhou toda a noite o pelotão de militares. E, pelas 8 e 30 da manhã, um pide abriu uma das janelas das traseiras do **seu** edifício e dialogou com o sargento comandante da força.

Era a rendição.

E dali, numa «Berliet», fomos para Caxias anunciar a boa nova.»

. O caso da PIDE, porém, prolongou-se até ao dia seguinte e entretanto, Lisboa já festejava a vitória, tal como acontecia no Porto e em outros locais do país.

Daniel Reis, que esteve no Rossio, relata as suas experiências desta forma:

. «O cortejo em torno da bandeira nacional avoluma-se. Às 15 e 10, no Rossio, é já uma enorme multidão enquadrando a bandeira. Jovens, muitos jovens, seguiam-na cantando em coro «Liberdade, Liberdade, Liberdade!».

Estas linhas escrevi-as eu na tarde, hoje distante, do 25 de Abril. Integravam-se nalguns dos parágrafos que mais emocionadamente marcaram os sete anos e meio da minha vida de jornalista. Pela primeira vez escolhia, a gosto, as letras na máquina as nove letras da L-I-B-E-R-D-A-D-E com a certeza de que a censura não as cortaria nem sequer lhes ia pôr os olhos em cima. Daí o prazer na repetição das três vezes Liberdade.

Pela manhã, um familiar acordara-me avisando para não sair à rua pois «havia berbicacho entre militares». Evidentemente que fiz o contrário. Para sossegar a família disse-lhes que ia comprar um transistor (lá em casa não entrava rádio nem televisão) e segui o mais rápido possível para a Redacção, que então funcionava na Rua Castilho.

Vários camaradas tinham-se, entretanto, instalado na Luz Soriano para não se perder tempo a preparar a primeira edição do jornal. Integrei-me nessa equipa e fui incumbido de colher informações nos acessos ao Carmo.

Pude ver a GNR, às duas da tarde, apear-se no Príncipe Real e iniciar o inútil cerco às tropas de Salgueiro Maia. Tentámos falar com o comandante da força da GNR — comigo ia uma equipa da televisão francesa a quem o «DL» dera pronto apoio — e recebemos como resposta de um cabo a ameaça de um tiro e a praga habitual: «Vós é que tendes a culpa, seus filhos da puta!». Era inútil. O homem não parecia um soldado: era o medo de farda vestida.

Do mesmo modo presenciei a desistência dos tanques de Lanceiros-2, no Camões. Até então julgara-os favoráveis ao Movimento. Às 14 e 50 vi surgir a primeira bandeira nacional, empunhada por jovens, no Chiado. Já então a multidão se apossara das ruas. No Rossio,

Continua na pág. 6

No Largo do Carmo, civis e militares fazem cordão: «O Povo Unido Jamais Será Vencido»

Primeira proclamação ao País da Junta de Salvação Nacional

Da esquerda para a direita: sentados — Jaime Silvério Marques, Pinheiro de Azevedo, António de Spínola e Costa Gomes; em pé — Galvão de Melo, Rosa Coutinho e Diogo Neto

«Em obediência ao mandato que me acaba de ser confiado pelas Forças Armadas, após o triunfo do Movimento em boa hora levado a cabo, pela sobrevivência nacional e pelo bem-estar do Povo Português, a Junta de Salvação Nacional a que presido, constituída pelo imperativo de assegurar a ordem e de dirigir o País para a definição e consecução de verdadeiros objectivos nacionais, assume perante o mesmo o compromisso de:

— Garantir a sobrevivência da Nação como Pátria soberana no seu todo pluricontinental;

— Promover desde já a consciencialização dos Portugueses, permitindo plena expressão a todas as correntes de opinião em ordem a acelerar a constituição das associações cívicas e a regularizar tendências e facilitar a livre eleição por sufrágio directo de uma Assembleia Nacional Constituinte, e a sequente eleição do Presidente da República;

— Garantir a liberdade de expressão e pensamento;

— Abster-se de qualquer atitude política que possa condicionar a liberdade de eleição, e a tarefa da futura Assembleia Constituinte, evitar por todos os meios que outras forças possam interferir no processo que se deseja eminentemente nacional;

— Pautar a sua acção pelas normas elementares da moral e da justiça, assegurando a cada cidadão os direitos fundamentais estatuídos em declarações universais e fazer respeitar a paz cívica, limitando o exercício da autoridade à garantia da liberdade dos cidadãos:

— Respeitar os compromissos internacionais decorrentes dos tratados celebrados;

— Dinamizar as suas tarefas, em ordem a que, no mais curto prazo, o País venha a governar-se pelas instituições de sua livre escolha;

— Devolver o Poder às instituições constitucionais, logo que o Presidente da República eleito entre no exercício das suas funções.»

Programa do MFA

Continuação da pág. 4

terminará logo que, de acordo com a nova Constituição política, estejam eleitos o Presidente da República e a Assembleia Legislativa.

4 — O Governo Provisório governará por decretos-leis que obedecerão obrigatoriamente ao espírito da presente proclamação.

5 — O Governo Provisório, tendo em atenção, que as grandes reformas de fundo só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte, obrigar-se-á a promover imediatamente:

. a) A aplicação de medidas que garantam o exercício formal da acção do Governo e o estudo e aplicação de medidas preparatórias de carácter material, económica social e cultural que garantam o futuro exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos.

b) A liberdade de reunião e de associação. Em aplicação deste princípio será permitida a formação de associações políticas, possíveis embriões de futuros partidos políticos, e garantida a liberdade sindical, de acordo com lei especial que regulará o seu exercício.

c) A liberdade de expressão e pensamento, sob qualquer forma.

d) A promulgação de uma nova lei de Imprensa, Rádio Televisão, Teatro e Cinema.

e) Medidas e disposições tendentes a assegurar, a curto prazo a independência e a dignificação do poder judicial.

I — A extinção dos tribunais especiais e dignificação do processo penal em todas as suas fases.

II — Os crimes cometidos contra o Estado, no novo regime, serão instruídos por juízes de Direito e julgados em tribunais ordinários, sendo dadas todas as garantias aos arguidos. As averiguações serão cometidas à Polícia Judiciária.

6 — O Governo Provisório lançará os fundamentos de:

a) Uma nova política económica posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista.

b) Uma nova política, social, que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e aumento progressivo , mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses.

7 — O Governo Provisório orientar-se-á, em matéria de política externa, pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais, com base na amizade e cooperação.

a) O Governo Provisório respeitará os compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor.

8 — A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

. a) Reconhecimento de que a solução das guerras do ultramar é política e não militar.

b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino.

c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.

C) CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 — Logo que eleitos pela Nação a Assembleia Nacional Constituinte e o novo Presidente da República, será dissolvida a Junta de Salvação Nacional e a acção das Forças Armadas será restringida à sua missão específica de defesa externa da soberania nacional.

2 — O Movimento das Forças Armadas, convicto de que os princípios e os objectivos aqui proclamados traduzem um compromisso assumido perante o País e são imperativos para servir os superiores interesses da Nação, dirige a todos os portugueses um veemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional e exorta-os a garantirem, pelo seu trabalho e convivência pacífica, qualquer que seja a posição social que ocupem, as condições necessárias à definição, em curto prazo, de uma política que conduza à solução dos graves problemas nacionais e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis e à obtenção do lugar a que Portugal tem direito entre as nações.»

Depoimentos sobre o 25 de Abril

Continuação da pág. 5

tudo nos dizia que a Revolução principiara.

Apressadamente revi as notas, preparei o original e entreguei-o. Saiu na segunda edição, rodapé da primeira página, com um continuado na terceira.

Eram as minhas primeiras 58 linhas de liberdade.»

A REVOLUÇÃO CÁ DENTRO

Talvez valha a pena dizer que enquanto tudo isto se passava, alguns jornalistas do «D.L.», condenados a ficarem na redacção a fim de coordenarem os esforços dos que andavam na rua, trabalhavam de-

Salgueiro Maia no Largo do Carmo, sobre a «Chaimite» que haveria de transportar Marcelo Caetano daquele quartel para a Pontinha

salmadamente para conseguir acompanhar os acontecimentos, receber as notícias que chegavam à redacção e dar aos leitores do jornal uma visão global da marcha da Revolução.

Manuel Geraldo, que foi um desses, narra assim a sua experiência pessoal:

«Por contactos com antigos camaradas da tropa já sabia que a hora estava próxima. Que o regime de Marcelo estava por um fio. Não foi por isso surpresa o toque na vidraça dado pelo meu vizinho do lado que me alertava: 'Manel, a malta já está na rua' e a Rádio já começou a divulgar os primeiros comunicados do Movimento'. Eram então quatro horas e pouco e foi só o tempo de saltar da cama e tentar apanhar um transporte qualquer da Damaia para o jornal. Tarefa difícil: comboios parados, táxis nem vê-los. Fui andando pelas ruas desertas até que, já em Sete Rios o inesperado aconteceu. Passava por ali o João, companheiro do Liceu de Beja, que vinha do seu emprego nocturno na Amadora. Disse-lhe o que se passava e ele levou-me ao jornal, na Rua Castilho, de onde a malta transitaria horas mais tarde para a Luz Soriano. Depois foi cortar telegramas, andar na cidade por onde a Revolução, essa revolução traída, marchava ao ritmo das passadas largas do Povo. E por fim, já ao entardecer, receber, via telefone, a narrativa da tomada do Carmo e da rendição de Caetano, pela voz do Luís Sttau Monteiro, que num 2.º andar fronteiro ao acontecimento, fazia autêntica acrobacia no sentido de não perder um único pormenor daquele momento inesquecível.»

Apressei-me a chegar à Redacção, donde só via a sair (salvo algumas, poucas, horas de descanso) no dia 2 de Maio.

Contar um dos episódios que vivi nessa altura é difícil. Da queda da PIDE à rendição do Carmo ou à libertação de Caxias, qual o mais significativo, qual o mais emocionante? Recordo, por exemplo, quando na manhã do 25 de Abril cheguei ao Carmo, num carro do «D.L.», muita gente, dos largos milhares que já ali se encontravam, nos gritavam para dentro do carro: «Agora já podem escrever». O carro acabou por não poder passar. Mas nós continuámos. Tínhamos de escrever.

Mas foi talvez a libertação

A LIBERTAÇÃO DOS PRESOS DE CAXIAS

O caso que mais apaixonou a opinião pública, porém, era a situação dos presos de Caxias. A sua libertação foi, sem sombra de dúvida, um dos pontos altos da Revolução.

Fernanda Mestrinho viveu intensamente como se depreende do seu depoimento:

. «Na madrugada do 25 de Abril estive a 'acompanhar' um morto até às duas da madrugada numa Igreja que fica perto do Quartel-General, ali para S. Sebastião. Saí, a pé, contornei o quartel, a caminho de casa. Soube, mais tarde, que minutos depois de eu ter saído, um grupo de soldados esteve ali, pediu a identificação de toda a gente e certificou-se, mesmo no caixão, de que não havia armas. A Revolução estava na rua.

A meio do sono fui acordada pela telefonista do «D.L.». de Caxias aquela que mais me impressionou. Soube que talvez fosse na madrugada do dia 26. Cheguei ao Forte de Caxias perto das seis da manhã. Consegui com mais outros jornalistas entrar memo no Forte, pouco depois. As conversas com os presos políticos generalizaram-se. Um pouco mais afastada assisti a este diálogo.

O director da prisão, já sob a alçada do MFA, chorava. Uma enfermeira da cadeia aproxima-se dele: «Sr. director, queria pedir autorização para sair». O director vira-se para ela: «Mas você não vê que eu já não dou ordens». Era a rendição. Responsáveis do regime fascista apercebiam-se que «tinha chegado o fim».

Mas já estavam a sair os presos políticos. Entre eles o nosso camarada de Redacção, Fernando Correia, que tinha sido preso, numa madrugada em que regressava a casa, depois do trabalho no «D.L.». E demos «aquele» abraço. Apressei-me a regressar à Redacção. «Tinha de escrever». Este foi um dos episódios. Hoje, passados três anos, vale a pena recordar. É um incentivo para que o 25 de Abril não se torne num episódio.»

A NOTÍCIA NO PORTO

Não foi só em Lisboa, porém, que os do «D.L.» cobriram o evoluir da Revolução.

António Machado, da delegação do Porto, descreveu-nos as suas impressões desta forma:

«Lembro-me: fui acordado por volta das 4 e 30. O telefone soou. Uma voz amiga interrogou: já ouviste o Rádio Clube? Minutos depois, escutava canções revolucionárias». Fiz café para acordar melhor. A música prosseguia. Estava mesmo acordado. Aguardei a palavra do locutor. Nada. Só música. Mas boa, diferente, com saber a terra conquistada... «Grandola Vila Morena»... depois foi um outro telefonema, o despertar definitivo. Foi a corrida para a delegação, à espera; os dados para a notícia, os camaradas da Redacção que interrogavam, queriam saber (para além da notícia) coisas sobre a madrugada mais longa e mais extraordinária. Madrugada de libertação de um povo do jugo do fascismo.

E numa manhã de sol radioso, vi esses bravos, esses soldados-povo libertados e libertadores correr, sem tiros, a polícia de choque que veio para a rua com bastões e com ódio e fazê-la recolher à toca, humilhada, vencida, desprezível. Descrever, agora, passados três anos, aquilo que vi tornar-se-ia tão difícil como dar vida a um cravo murcho... só que a semente verdadeira dos «cravos de Abril» não secou ainda no coração dos autênticos revolucionários.»

. Outro «Homem do 'D.L.' António Borges Guedes, no Porto, viu o 25 de Abril desta forma:

. «A Revolução de 25 de Abril surpreendeu. O inacreditável acontecera.

As máscaras afiveladas do carnaval de todos os dias cujos sorrisos provocavam muitas vezes lágrimas, caíam e um profundo espanto apoderava-se dos rostos. A avidez de notícias era enorme. Aqui e ali, mesmo nos transportes públicos rádios transistorizados eram ouvidos com expectativa. Perguntas surgiam de todos os lados. Quem eram os chefes do movimento? Lutava-se nas ruas de Lisboa? Era um princípio duma guerra civil? Havia mortes?

. Toda esta efervescência se apossou de mim naquela manhã naquele começo de manhã cinzenta, no trajecto para a delegação do 'D.L.'. E dera-me a certeza duma revolta militar que seguia o seu curso desde madrugada.

Efectivamente tropas estavam em vários locais da cidade. Carros militares passavam nas ruas.

Já na delegação inteirei-me melhor do que se passava; mercê de contactos com a Redacção de Lisboa, já que o decisivo acontecia na capital.

Espantada a cidade mantinha-se calma ao princípio da manhã. Mais tarde bancos e outras casas fechariam as portas e numerosas pessoas agrupavam-se na Praça da Liberdade e noutros locais informando-se e comentando. Nos rostos espelhavam-se o espanto, o medo e a esperança.

No jornal os telefonemas eram ininterruptos. Toda a gente queria saber. A informação chegava também de vários locais embora imprecisa. Tropas de Lamego avançam sobre Lisboa.

Continua na pág. 7

Em vários pontos de Lisboa, os «pides» são detidos e revistados. É o fim da polícia política que serviu de suporte a 48 anos de fascismo em Portugal

O decreto que extinguiu a PIDE/DGS, a Legião e a Mocidade Portuguesa

. «Tendo a Junta de Salvação Nacional assumido os poderes legislativos que competem ao Governo decreta, para valer como lei, o seguinte:

. Artigo 1.º — N.º 1 — São amnistiados os crimes políticos e as infracções disciplinares da mesma natureza;

. N.º 2 — Para o efeito do disposto neste Decreto-Lei consideram-se crimes políticos os definidos no artigo 39.º, parágrafo único do Código do Processo Penal, com inclusão dos cometidos contra a segurança exterior e interior do Estado.

Artigo 2.º — N.º 2 — Serão reintegrados nas suas funções, se o requererem, os servidores do Estado, militares e civis, que tenham sido demitidos, reformados, aposentados ou passados à reserva compulsivamente e separados do serviço por motivos de natureza política.

N.º 2 — As expectativas legítimas de promoção que não se efectivaram por efeito de demissão, reforma, aposentação ou passagem à reserva compulsiva e separação do serviço devem ser consideradas no acto da reintegração.

Artigo 3.º — Este diploma entra imediatamente em vigor.»

Depoimentos sobre o 25 de Abril

Continuação da pág. 6

A manhã decorria excitante. O movimento das tropas tornava-se mais intenso.

Prevendo o pior as pessoas reforçavam as suas compras nas padarias e lojas de víveres.

Perto do meio-dia uma força policial apeia-se de várias carrinhas na Praça da Liberdade e avança para a Avenida dos Aliados. O inédito acontece. De onde estava vi um militar graduado rodeado de numerosos civis enfrentar a força policial. São arremessadas pedras. Os polícias dispersam e fogem em correria desordenada. Era o princípio do fim.

Este incidente augurara-me na altura a vitória do M.F.A.

Havia ainda incertezas mas a alegria sucedia-se ao espanto.

O dia avançava. As segundas edições dos jornais da manhã vinham para a rua e esgotavam-se rapidamente, o mesmo acontecendo com os jornais da tarde. A revolta triunfava sem sangue. Era maravilhoso.

Mal dormi e comi nesse dia atento aos jornais, à rádio, à televisão, aos comentários das pessoas.

Fora o dia mais longo em 33 anos de vida.»

«AMANHÃ JÁ NÃO TEM CENSURA»

O nosso camarada de redacção Augusto Vilela como viveu o 25 de Abril:

«Amigos de confiança tinham-me advertido de que o ar daquela noite me faria bem ao espírito, que devia manter-me a pé e bem desperto. Quando confiamos nos amigos acreditamos no que nos dizem sem perguntar o porquê de certos conselhos. Assim fiz. Jantei calmamente e até cerca das duas da manhã andei pelos vários «snacks» e cafés que até àquela hora estavam abertos. Depois fui até à Rua Castilho e comecei a fazer de carro, um circuito pela Rua Castilho, Marquês da Fronteira, Rua de Campolide, Avenida de Berna, Avenida Duque de Ávila, Avenida António Augusto de Aguiar, Marquês do Pombal, para de novo, passar pela Rua Castilho. Fiz esse circuito várias vezes e estive parado algum tempo. Numa dessas voltas, quando seguia pela Duque de Ávila para passar junto ao Quartel-General, encontrei já o trânsito cortado e a avenida bloqueada próximo do Hotel do Reno, com viaturas civis atravessadas. Não fiz perguntas e mudei de direcção dirigindo-me rapidamente, para a Rua Castilho, pelo Marquês do Pombal. Quando cheguei, o trânsito também já estava cortado por uma força militar. Aí tive uns momentos de angústia. A expressão enigmática de um soldado a quem fiz uma pergunta deixou-me na dúvida sobre de que lado estaria aquela tropa. Arrisquei uma tentativa para passar, mostrando a carteira profissional. Os soldados ficaram impassíveis e chamaram um capitão que entretanto corria em direcção ao Rádio Clube Português. Chamado não sei por quem. Veio então um alferes do RIOQ. Um pouco abaixo da barragem dos militares, estava um carro-patrulha da PSP. Dentro havia dois guardas bastante inquietos, o que me deu uma certa confiança. Pensei para comigo, que se os polícias não estavam satisfeitos, era porque os soldados estavam do lado bom. Mesmo assim precisava certificar-me mas sem dar a entender qual era o meu lado. O alferes Lopes percebeu as minhas inquietações e resolveu gozar um pouco, dando-me respostas ambíguas que não me permitiam concluir de que lado ele estava. Até que resolveu acabar com a tortura dizendo: «Está cheio de sorte. Amanhã já não tem censura.» Respirei fundo, avançando ligeiro para as instalações do Rádio Clube, pouco antes tinham sido tomadas por um grupo de oficiais da Força Aérea. Recebeu-me o então major Costa Neves que parecia satisfeito, quase eufórico (aquilo tinha sido mais fácil do que ele supunha) e me advertiu contudo, de que não podia garantir-me segurança nenhuma, que o Rádio podia ser bombardeado de um momento para o outro, etc., etc. Tantos anos de espera por um acontecimento destes fizeram com que o meu único receio fosse que não me deixassem lá ficar. Mas não. Entrei para os estúdios que viriam a constituir o centro nervoso de toda a Revolução. O ambiente era de certa tensão, mas de muita confiança. Os trabalhadores davam o seu contributo com entusiasmo para manter no ar a emissão. Daí a pouco vi, também o dr. Macaísta Malheiros e o José Manuel Teixeira. Depois foram chegando outros jornalistas e gente do RCP. Costa Neves confessar-me-ia mais tarde que a nossa presença ali tinha sido benéfica para os militares do ponto de vista psicológico. Nós éramos os primeiros intérpretes da total adesão do povo ao Movimento como viria a confirmar-se às primeiras horas da manhã.

Militares e civis não podíamos esconder o entusiasmo, mas também a tensão que nos invadia. Medo porém tinha, embora àquela hora não houvesse ainda notícias muito claras da maneira como as operações estavam a decorrer nos diversos pontos do País e do panorama quanto a adesões, das várias unidades. As informações que iam chegando, eram escutadas avidamente. De vez em quando vínhamos até à rua. O facto de não se ouvir tiroteio, de não haver sintomas de resistência das forças governamentais, chegou a causar certa apreensão. Que o regime e os seus sustentáculos estavam podres, todos sabíamos, mas sempre era de esperar alguma oposição. Entretanto iam chegando notícias do Norte. Corvacho e os seus homens tinham tomado o Quartel-General do Porto, com toda a facilidade. Ao princípio da manhã de rugada, as notícias começaram a ser precisas. No Norte, as coisas pareciam arrumadas e nos restantes pontos do País sucediam-se as adesões. Ao Rádio Clube iam de vez em quando, chegando oficiais que se apresentavam e eram logo encaminhados para qualquer tarefa.

Às primeiras horas da manhã, começou a euforia popular. Os sucessivos pedidos à população para se manter em casa não resultaram. O povo veio para a rua fazer a Revolução.

Entretanto o major Fontão, oficial do extinto BC 5, que comandou as operações naquela zona prendia na Rua Rodrigo da Fonseca, os generais Louro de Sousa e Silvino Silvério Marques.

A certa altura (julgo que por volta do meio-dia) enquanto Salgueiro Maia estava no Carmo, meio cercado pela GNR, às voltas com a rendição de Marcelo e do Tomás, apareceu no RCP um coronel muito bem disposto, a dar a notícia que os filhos, entusiastas das coisas da Rádio, haviam gravado uma insólita conversa entre o general Luz Cunha e o comandante das Forças da GNR que pretendiam cercar Salgueiro Maia e acabaram elas cercadas. Nessas mensagens, Luz Cunha e o comandante da GNR confessavam um ao outro, que não sabiam o que fazer. Alguém foi a casa do coronel buscar as gravações que os homens do RCP pouco depois mandavam para o ar. O País inteiro tomava assim conhecimento daquele insólito diálogo e da impotência das forças fiéis ao Governo, para fazerem frente ao Movimento, o que mais apressaria a vitória dos capitães de Abril e dos seus corajosos soldados.

Durante o resto do dia, o RCP foi ponto de encontro para centenas de pessoas e principalmente para a Imprensa e Televisão estrangeiras, que ali assentou arraiais.

À noite, cerca das 10 horas, começaram a aparecer em estado de grande inquietação, familiares de presos que se encontravam em Caxias e que receavam represálias dos pides sobre eles. À volta das prisões, encontravam-se centenas de pessoas e todos tinham medo que pudesse passar-se alguma coisa de grave antes da chegada das forças militares. O major Costa Neves, tranquilizou-os dizendo que dentro de pouco tempo o forte seria tomado. Lembrei-me de sugerir ao major Costa Neves para telefonar para o Forte de Caxias a «apalpar» o estado de espírito dos pides, ideia que ele aceitou. Qual não foi o seu espanto quando ouviu do outro lado do fio, a voz do comandante do Forte, pedindo-lhe por tudo que fossem lá ocupar aquilo, porque estava muito preocupado, que tinha os presos e valores à sua guarda, que à volta de Caxias havia milhares de pessoas e receava que pudesse passar-se alguma coisa de grave. Em princípio não foi dado crédito total às palavras do referido comandante. Podia ser uma armadilha. Ofereci-me para ir a Caxias tentar averiguar o que se passava e ao mesmo tempo tranquilizar os familiares dos presos. O Neves de Sousa foi comigo já depois de muito ter comemorado a vitória no bar do RCP.

Chegados a Caxias, dirigimo-nos a pé para a estrada de acesso ao reduto Norte. Logo ao princípio foi-nos impedida a passagem, por dois guardas de capacete e espingarda a tiracolo. Pareciam dois guardas da Gestapo, arrancados a um museu de figuras de cera. Estavam impecavelmente barbeados. Nos seus rostos macilentos escondiam-se, encovados, uns olhos sem brilho. Aparentavam calma mas via-se que estavam aterrorizados. Tinham os braços pendentes ao longo do corpo, como se estivessem em sentido, e as mãos tremiam-lhes de encontro às coronhas das espingardas. Dois homens do povo que o fascismo transformara em carrascos do próprio povo de que provêm. Dissemos-lhes que éramos jornalistas e que pretendíamos falar com o director do Forte. Com voz sumida, um deles respondeu-me que só tinha ordem para deixar entrar os elementos das Forças Armadas «que deviam estar a chegar». Entretanto o Neves de Sousa ia «progredindo» no terreno e só dei por ele quando ouvi um guarda do alto de uma vigia ameaçá-lo de espingarda aperrada. O Neves manifestava grande superioridade no diálogo com o guarda, mas este tinha a vantagem da espingarda. Pior ainda, tinha-a apontada e seguia o Neves de Sousa em pontaria. Convenci-o que era melhor vir-se embora, antes que o homem disparasse mesmo. Depois fui ao largo em frente ao hospital-prisão tentar tranquilizar as centenas de pessoas, familiares e amigos de presos que ali se encontravam. Um deles era o dr. Manuel João da Palma Carlos. Disse-lhes que estivessem descansados porque dentro em pouco viria uma força ocupar Caxias e que não havia motivos para recear represálias sobre os presos porque tinha sido feito já um contacto para o director do Forte. Este entretanto, como as Forças Armadas demorassem, tomou a iniciativa de telefonar para o RCP a pedir que não demorassem.

Quando regressámos a Lisboa, encontrei um grupo de militares excitadíssimos com a ideia de irem tomar o Forte de Caxias, o que no entanto, não estava no plano de operações das forças que estavam no RCP. Um deles entrou em contacto com o PC na Pontinha a pedir para realizarem essa operação. Após uma longa espera, parece ter obtido uma resposta afirmativa, pois imediatamente começou a juntar voluntários. Em poucos minutos havia já soldados de sobra mas, mal se instalaram nas viaturas, veio uma contra-ordem. Aquela operação teria que ser feita pelos pára-quedistas e pelos fuzileiros, conforme estava planeado, decisão que se revelaria mais tarde acertada.

Infelizmente, os «páras» e os «fuzos» não havia meio de chegarem, ocupados que estavam ainda noutras acções importantes, como era, por exemplo, a tomada de Monsanto.

Voltei de novo a Caxias. A inquietação entre os familiares dos presos era cada vez maior. Expliquei a muitos deles, o que se passara e que agora era uma questão de alguns minutos. Meti outra vez pela auto-estrada, em direcção a Lisboa, na convicção de me cruzar com as forças que iam libertar Caxias, mas fui até ao RCP sem encontrar ninguém. Confirmaram-me porém, o major Costa Neves ou o capitão Santos Silva, não lembro, de que os pára-quedistas estavam mesmo a sair.

Nova viagem para Caxias e aguardei no cruzamento da estrada que dá para o reduto Norte. Aos poucos iam chegando pides, em carros e furgonetas, dos vários serviços da prisão. Olhavam desconfiados. Via-se que não sabiam bem o que estava a passar-se. Mas logo que chegavam ao Forte invertiam a marcha e desciam o mais depressa que podiam desaparecendo com as mesmas viaturas para não mais serem vistos.

Foram chegando mais jornalistas, operadores de cinema, de televisão, etc. Não tardou que se juntassem ali dezenas.

Finalmente, às 7 e 50, chegaram os pára-quedistas que foram recebidos com aplausos. Logo a seguir os fuzileiros. Armados até aos dentes iam dispostos a tomar o forte de qualquer maneira, no mais curto espaço de tempo, sem dar oportunidade aos pides para eventuais represálias sobre os presos. Consegui saltar para um dos Land Rover dos fuzileiros. Quando a viatura chegou ao reduto Norte já os militares dominavam a situação.

A operação fora tão rápida que não deu tempo a que os pides e os guardas esboçassem qualquer defesa mesmo que quisessem. Ainda hoje estou para saber como fuzileiros e pára-quedistas apareceram tão rapidamente nas torres de vigia e nos pontos estratégicos do Forte. Tudo se passou em segundos.

Uma multidão de civis entrou na parada do reduto Norte.

Os presos acenavam através das grades. De uma das celas saíram cravos vermelhos. Mas muitos presos não sabiam ainda de que tipo era o golpe militar e receavam que tivesse sido de extrema-direita. Só quando viram entre aquela multidão amigos ficaram tranquilos. De uma das celas ouvi uma voz chamar: «Tu és o Vilela, não és». Não pude reconhecer quem me chamava e limitei-me a gritar na direcção dessa janela que estivessem descansados porque o golpe estava vitorioso e tinha sido contra o regime facista.

Algum tempo depois as portas da prisão foram abertas e os presos começaram a sair para a parada embora a libertação definitiva só tivesse sido feita bastantes horas mais tarde.

Foi um momento indescritível o encontro com os amigos e com os familiares. Não sou capaz de exprimir o que senti ao ver aqueles patriotas em Liberdade. Talvez só então tenha reflectido verdadeiramente no que foi a sua luta ao longo de dezenas de anos, e no extraordinário exemplo que ele constitui e na obrigação de saberem ser dignos do sacrifício dos homens que pagaram nas masmorras o preço da liberdade do seu povo».

Emoção indescritível neste abraço às portas de Caxias: é a libertação dos presos políticos

Esta imagem, obtida em Caxias, é a primeira onde aparece Otelo, que o Povo viria a conhecer como o responsável por todas as operações militares desencadeadas no 25 de Abril

O REGRESSO À LIBERDADE

Para terminar esta visita retrospectiva ao 25 de Abril seria necessário ou, pelo menos, lógico, dizer como é que o dia acabou para quantos andaram pelas ruas a celebrar.

Não é, porém, possível fazê-lo. Milhares de portugueses passaram a noite cantando, conversando e celebrando a vitória numa conversa espontânea e livre. Muitos falaram pela primeira vez sem medo e tiveram, por isso, uma experiência nova.

Outros caíram na cama, roucos e exaustos já com o dia a nascer.

Receosos de que as «coisas voltassem atrás», de que os revoltosos ainda tivessem de enfrentar novos perigos, milhares de portugueses aguardaram o nascer do sol na rua porque — e toda a gente o sabe — o diabo tece-as...

Em casa, na rua ou nos empregos, todos porém viram surgir o primeiro dia de liberdade com uma alma nova.

Dir-se-ia que Portugal acabara de reacordar depois de um sono prolongado e que a sua gente saudava o novo dia como se ele fosse o primeiro.

E foi. O primeiro duma era que todos esperam venha a trazer aos portugueses paz, pão, justiça e o direito de viverem como querem.

Aspectos inéditos do 25 de Abril no Norte

Aquela explosão de alegria que, há 3 anos, cerca das 17 horas, vibrou por toda a Praça da Liberdade foi a consolidação do 25 de Abril do Norte. Esta a opinião de vários militares que, no comando das operações, no Porto, foram fortalecidos por aquele facto, suplantando os obstáculos que, desde o princípio daquela tarde, vinham sendo levantados em algumas unidades.

Que explosão foi essa?

A multidão ia-se avolumando, avenida abaixo, na Praça da Liberdade. Falava-se num golpe, mas tudo era ainda muito nebuloso. Os emissores do Rádio Clube Português estavam cortados para o Norte, não havia opinião segura sobre os acontecimentos. Para maior confusão, a polícia de choque, nos seus últimos esgares peçonhentos, investe contra as massas populares. O povo recua, mas reage. E logo de seguida bastou a presença de meia dúzia de militares para impedir toda aquela mole humana contra a ousadia da polícia. E era vê-los, como ratos enfiando-se em qualquer buraco, em fuga desabrida, escapando à justiça popular. A raiva transformava-se entretanto em euforia. Era a vitória, na rua, sobre um tentáculo do poder fascista — a polícia de choque que, às ordens do decrépito Santos Júnior ousara disparar, agonizante, contra a história. Já então se sabia dos propósitos do movimento e os vivias ao MFA ecoavam vibrantemente.

«Quando tivemos a informação do que se estava a passar na Praça, foi como se várias barreiras tivessem sido destruídas. Tocados por uma forte comoção, redobramos de ímpeto e só a partir de então acreditamos a sério na vitória» — dir-nos-ia, mais tarde, um dos capitães hoje afastados do «processo».

ACTUAÇÃO DA PSP E TENTATIVA DE RECURSO AO PACTO IBÉRICO

O Porto foi o único sítio do País onde a polícia carregou, naquele dia de libertação, sobre o povo, provocando numerosos feridos. Daqui resultou toda a agressividade que a população viria a mostrar para com aquela força policial, na tarde e noite do 25 de Abril e nos dias seguintes. Com efeito, depois da investida policial, a maior dificuldade dos oficiais do MFA foi proteger o comando e esquadras daquela corporação da fúria da multidão, só pela sua acção calma mas decidida e pela sua reencontrada ligação ao povo foi possível evitar que a movimentação popular degenerasse em catástrofe.

Dois exemplos apenas: dois oficiais armados entraram a correr pelo comando da PSP que teimava em resistir e neutralizaram definitivamente a sua acção; numa esquadra prestes a ser invadida e onde os agentes se defendiam a tiro, um oficial demove, através do megafone, a multidão dos seus intentos.

Dado o corte das ligações telefónicas e radiofónicas com Lisboa, as forças militares fizeram toda a movimentação sem poderem acompanhar o que se passava no resto do País, o que faz sobressair a real decisão das forças empenhadas.

Outro facto importante a salientar passou-se cerca das 15 horas quando vários comandos fiéis ao Governo marcelista, nomeadamente dos quartéis de Braga e Vila Real e da PSP, tentaram uma manobra desesperada para fazer sair algumas forças contra o movimento libertador. Segundo um telefonema do Ministério do Exército, detectado na altura, a intenção desta manobra era criar condições necessárias para pedir a intervenção de tropas espanholas, recorrendo ao Pacto Ibérico.

ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO NO NORTE

Pouco se tem falado da organização do movimento dos «Capitães» ao nível da região Norte, até porque não deve haver sequer quaisquer elementos sobre ela compilados. No entanto, há aspectos importantes que convirá lembrar, já que, a RMN tem tido, como se sabe, um peso significativo na balança político-militar do País.

Quando e onde se efectuaram as primeiras reuniões preparatórias do golpe? Que estrutura foi lançada? Quais os passos concretos do movimento acompanhados pelos oficiais da RMN? São alguns aspectos a saber.

A primeira reunião do movimento no Norte efectuou-se em meados de Outubro de 1973, na rua Duque de Loulé, com a presença de 20 oficiais aproximadamente. Anteriormente, em Setembro, alguns oficiais haviam tomado parte na célebre reunião de Évora, após o que foram contactados majores e capitães. A partir daí, as reuniões passaram a ser frequentes, realizando-se ora na Duque de Loulé, ora na Av. Gomes da Costa, ora em Leça da Palmeira e em Miramar. A pouco e pouco é estabelecida ligação com um elemento de cada unidade, da PSP e da GNR, ao mesmo tempo que, lateralmente, são desenvolvidos contactos pessoais e telefónicos com oficiais de Viseu, Águeda e Aveiro. A par e passo, a coordenação com Lisboa era feita quer telefonicamente quer em reuniões.

Na reunião de Óbidos (Dezembro/73) em que foi eleita a Comissão Coordenadora do MFA e na de Cascais (Março/74), onde é elaborado o programa político, estão presentes oficiais da RMN.

14/16 DE MARÇO

Em 14 de Março, reagindo à demissão de Costa Gomes e Spínola, o Centro de Instrução de Operações Especiais de Lamego deixa de obedecer ao comando da RMN o que vai, de certa forma, ser factor determinante da acção das Caldas, dois dias depois. O comandante do CIOE, apesar de se mostrar aliado dos capitães, acaba por traí-los em negociações isoladas com o comando da RMN. Como resultado são transferidos todos os capitães para outras unidades.

Por altura destes acontecimentos, um oficial, que mais tarde, já no decorrer do golpe do 25 de Abril, estabelece contactos com alguns comandantes com o fito de arranjar forças para se oporem ao «movimento», coloca-se à disposição do comandante da região para «pôr os capitães na ordem». Por outro lado, é montada vigilância nas imediações dos quartéis do Porto, por ordem de um oficial da PSP, actualmente em serviço no quartel-general.

Os factos ocorridos em Lamego motivam uma onda de solidariedade dos oficiais na guarnição do Porto. A reacção contra a atitude dos «generais do reumático» frente a Marcelo Caetano e a demissão de Costa Gomes e Spínola é expressa pelos oficiais ao comando da região, através dos respectivos comandantes. A comunicação pessoal dessa reacção por parte dos comandantes dos regimentos de Cavalaria e Transmissões motiva, de imediato, a sua transferência.

Perante a acção das Caldas a atitude dos oficiais nortenhos afectos ao movimento é de expectativa.

Após o 16 de Março e face à necessidade de reorganizar o movimento estabelecem-se contactos semanais com Lisboa. Entretanto, no Porto, as reuniões prosseguem: diariamente, no CICA, que, como é sabido, constituiu o quartel irradiador do 25 de Abril no Norte; e, semanalmente, nos locais anteriormente referidos — Leça da Palmeira, Miramar, Duque Loulé, e Gomes da Costa.

ALERTA E ACÇÃO

Após a reunião de 13 de Abril no regimento da Pontinha, em Lisboa, na qual estão presentes dois oficiais da RMN com Otelo, ultimam-se os preparativos. A directiva operacional trazida da reunião é depois transmitida em reuniões que se efectuam no Porto nos dias 18 e 19 de Abril. A partir das 0 horas do dia 22 estala o alerta. Às 2 horas de 24 de Abril um estafeta vindo de Lisboa traz a ordem das operações que depois é distribuída, por equipas de dois estafetas, para Vila Real, Lamego, Bragança, Braga, Viana do Castelo, Póvoa de Varzim e guarnição do Porto.

A acção desencadear-se-ia poucas horas depois.

APÓS TRÊS ANOS

Hoje, três anos após aquela corajosa madrugada, vários dos poucos oficiais que mais influência tiveram no sucesso do golpe, do Norte, foram relegados para segundo plano ou transferidos, quatro estão suspensos à espera do julgamento no Conselho Superior de Disciplina, dois passaram à reserva e um passou à licença ilimitada.

O regresso dos exilados políticos

Mário Soares, secretário-geral do PS, à chegada a Lisboa após o 25 de Abril

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP no regresso do exílio

Algumas das mais instantes reivindicações dos democratas portugueses, ao longo de quase meio século em que imperou a repressão fascista, estavam a ser satisfeitas, no dia 29 de Abril, pela Junta de Salvação Nacional: a libertação dos presos políticos, a abolição da censura, a extinção da Polícia Secreta, o regresso dos exilados, etc.

«Tais medidas foram imediatamente tomadas (lia-se no 'DL' daquela data), constituindo indicativo seguro de que as Forças Armadas pretendem a normalização da vida política do País e a instauração de um regime verdadeiramente democrático em que tenham lugar todos os portugueses.

«Se todas as medidas são importantes, assume significado especial a que se refere ao regresso dos exilados políticos, inicado já com o regresso a Lisboa, onde teve apoteótico acolhimento, do líder socialista dr. Mário Soares, que se fazia acompanhar por Ramos da Costa e Tito de Morais.»

E acrescentava o nosso jornal:

«É preciso não esquecer que, entre os exilados pelo salazarismo-marcelismo se encontram algumas das mais ilustres figuras da vida portuguesa: escritores, intelectuais, professores, cientistas, todo um escol de que o regime fascista privava o País, como se este fosse tão rico de valores que os pudesse dispensar sem grave prejuízo para a comunidade.»

Chegaram, depois, Álvaro Cunhal, Rui Luís Gomes, Fernando Piteira Santos, Manuel Alegre, Sarmento Pimentel, Miguel Urbano Rodrigues, José Ervedosa, Eurico de Figueiredo, Manuel Valadares, José Morgado, Francisco Miguel. E muitos outros exilados por motivos políticos, e muitos outros que se tinham recusado a fazer a guerra colonial.

Adelino da Palma Carlos chefe do I Governo Provisório

O I Governo Provisório tomou posse a 16 de Maio de 74 e era presidido pelo prof. Adelino da Palma Carlos. Breve este professor da Faculdade de Direito entraria em conflito com os representantes de algumas das forças políticas no Governo participantes e com o próprio MFA, as razões disso, e da demissão, poderiam detectar-se no discurso, nomeadamente, quando já fala em «pôr termo a excessos que a libertação fez subitamente explodir».

Vejamos as partes substanciais desse discurso e das palavras dirigidas pelo prof. Palma Carlos ao general Spínola, a quem chama «chefe incontestado e glorioso das Forças Armadas»:

«Este Governo é um Governo sem outro programa que não seja o de actuar dentro das grandes linhas de orientação definidas em obediência aos princípios do programa do Movimento das Forças Armadas já legislativamente consagradas.

Constituem-no homens das mais diversas tendências e das mais diversas ideologias, mas todos irmanados no desejo de servir, até ao limite das suas forças, a causa da Democracia e da Liberdade e de imprimir à nossa vida social, política e económica novos rumos que a situem na hora presente.

Há problemas de extrema urgência a decidir com coragem e com determinação. Acima de todos, deverão colocar-se o da guerra do Ultramar, que é o mais dramático e o mais candente. O do nosso equilíbrio económico, que exige sacrifícios e compreensão em que todos temos de irmanar-mo-nos. O da situação das massas trabalhadoras, que constituem a maioria da nossa gente. O da paz social, que é imprescindível manter, pondo fim a excessos que a libertação dum povo sufocado durante quase meio século, subitamente fez explodir. Quem nunca conheceu a liberdade, não pode, porventura, apercebe-se senão após a experiência que vai iniciar-se, de que ela a todos impõe uma autodisciplina que a não leve a ofender a liberdade alheia. Dessa lição, não carecemos nós, os homens da minha geração, que a vivemos e que a perdemos para só agora a recuperar, em toda a plenitude. Mas assim como transmitimos o facho da nossa fé, e não deixámos que ele se extinguisse, também esperamos que esta noção fundamental seja compreendida e cada um aguarde, paciente e disciplinadamente, a realização das suas aspirações.

Uma revolução faz-se num dia, uma alteração das estruturas sociais é obra que exige longo estudo e longa ponderação.

Aqui está o Governo Provisório para iniciá-la e para prossegui-la, mas só poderá fazê-lo num clima de paz, num clima de harmonia que prefere ver espontaneamente estabelecido.

Sabemos que há muitos clamores para que se exerça justiça, em relação aos que hajam praticado actos que caiam na sua alçada. Mas a justiça, por definição tem de ser serena e tem de ser imparcial. Não é sobre o ódio que se cria um novo mundo que todos desejamos. A justiça há-de passar; a justiça mas não a vindita privada que nos faria reverter a um clima a que as Forças Armadas puseram termo. Nisso se empenhará o Governo Provisório, que nas longas diligências que levaram à sua constituição já se mostrou inteiramente identificado na obtenção destas finalidades e que constitui, com que prazer o digo, dentro da sua heterogeneidade, um corpo que considero exemplar.»

Vasco Gonçalves Primeiro-Ministro

Vasco Gonçalves ao ser reconduzido ao cargo de Primeiro-Ministro pelo Presidente Costa Gomes

«Ao assumir, por designação do senhor Presidente da República, as funções de primeiro-ministro, desejo reiterar a V. Excia e ao povo português a decisão inabalável de cumprir escrupulosamente o Programa do Movimento das Forças Armadas, cuja proclamação solene ao País, em 25 de Abril, abriu o caminho para a construção de um Portugal verdadeiramente livre e democrático» — estas as palavras de Vasco Gonçalves quando, em 18 de Julho de 1974, foi empossado nas funções de primeiro-ministro.

Depois de dois breves considerando, afirmou Vasco Gonçalves, então ainda com a patente de coronel:

«Desejo enunciar, e porque tal constitui tarefa fundamental, a firme decisão de impor, desde já, uma séria moralização da vida nacional, como condição básica para tomada de medidas que a actual situação económica e social do País exige, para o prestígio das instituições públicas que deverão dispor de um crédito de confiança perante o País».

Outro extracto:

«Na definição da política económica portuguesa, que necessariamente tem de estar ao serviço do povo português e, muito particularmente, das camadas mais desfavorecidas, ter-se-ão em consideração as potencialidades do Estado e da iniciativa privada, cuja adesão, sem ambiguidades, ao esforço de reconstrução nacional é condição necessária à modernização da economia e ao progresso da sociedade portuguesa. Tal significa que se espera dos empresários um alto sentido de responsabilidade nacional, nesta hora grave e decisiva que atravessamos. Pela parte do Governo, tudo se fará que o clima de confiança, que a livre iniciativa requer, se estabeleça desde já no integral respeito pelos superiores interesses nacionais. Neste contexto, convém clarificar certas ambiguidades surgidas ultimamente em torno do problema da viabilidade das chamadas «reformas de fundo». Efectivamente, o Programa do Movimento das Forças Armadas não permite a efectivação de transformações radicais ou revolucionárias da estrutura sócio-económica da sociedade portuguesa; contudo nem da letra nem do espírito do referido programa se pode concluir que não possam desde já ser adoptadas as medidas que se julguem necessárias para acelerar o progresso económico-social, melhorar as condições de vida do povo português e aproximá-lo dos níveis dos outros povos da Europa.»

E pormenorizando:

«A realização desta política económica-social não será, porém, possível se não se instaurar, desde já, um clima de trabalho, com a mobilização plena de todas as potencialidades humanas e materiais deste País. Sem trabalho árduo de todos os portugueses, sem um esforço gigantesco a todos os níveis (Estado, empresários e classes trabalhadoras), no projecto de reconstrução e modernização nacionais, que deve ser o lema instalado na cabeça de todos nós, jamais será levado a cabo o desenvolvimento do País».

E acentuando esse propósito:

«Simultaneamente, todos teremos, de viva, durante este período, em atmosfera de autêntica austeridade, gastando menos no supérfulo e poupando quanto possível para aplicação no esforço global de investimento, que a todos, mas a todos, diz respeito».

O primeiro acto de posse de Vasco Gonçalves como Primeiro-Ministro, na sequência da saída de Palma Carlos

Popular entre os trabalhadores diz Marcel Niedergang

Otelo comandante do COPCON

Três anos decorridos sobre o início de um processo que restituiu a nação ao Povo Português e lhe permitiu entrever a esperança de um futuro melhor, poucos se recordarão, talvez, do importante e significativo discurso, em 13 de Julho de 1974, do então jovem brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho quando na sua tomada de posse como comandante da Região Militar de Lisboa. A data é de recordar porque, com efeito, ficaria assinalada por uma intervenção memorável daquele que tendo sido o principal símbolo e executor do 25 de Abril se encontrava já, a pedido dos seus camaradas, investido das funções de subcomandante do Comando Operacional do Continente (COPCON) — força militar destinada, na altura, à defesa de um Movimento (MFA) que lutava para conservar a sua genuidade em relação ao poderio crescente da direita spinolista mais preocupada no assalto ao Poder e em instalar, com o apoio das forças do capital e nas costas da maioria dos militares, a contra-revolução em Portugal, a sua índole totalitária e um neocolonialismo patente ou disfarçado nas colónias, do que em cimentar a maravilhosa esperança brotada na madrugada do 25 de Abril.

Otelo Saraiva de Carvalho, pela ocasião, não se coibiria de lembrar, virando às avessas os dados tradicionais da subserviente hierarquia militar, ao então, gen. Jaime Silvério Marques, membro da Junta de Salvação Nacional e Chefe do Estado-Maior do Exército, — que embora afirmando o seu prazer em ver naquele lugar de responsabilidade um «jovem sorridente», acrescentava, no entanto, que o posto dependeria directamente do seu Estado-Maior e que se os jovens capitães haviam feito o 25 de Abril, pessoalmente sentia que «a juventude não era apanágio de homens de menos idade» — que, apesar de se encontrar na disposição de solicitar frequentemente a Jaime Silvério Marques os seus conselhos como «aderente desde o 25 de Abril às ideias do Movimento», ele, Otelo, considerava que «a juventude aqui foi realmente de idade, porque fomos os de 25 a 40 anos que tomámos sobre nós o peso imenso da responsabilidade de derrubar um Governo que todos deplorávamos, mas que os nossos generais, apesar de toda a juventude, provável, de espírito, *não tiveram a coragem de derrubar*». E, para dar mais ênfase ao que acabara de afirmar, Otelo acrescentaria: «Fomos nós, portanto, que tomámos nas nossas mãos, em 25 de Abril, o futuro da Nação!»

Não cabe no âmbito deste texto ir mais além. Contudo, não resistimos à tentação de salientar o facto de na cerimónia pública da sua tomada de posse como comandante do COPCON, realizada anteriormente no Palácio de Belém perante Spínola, Otelo Saraiva de Carvalho ter assumido igualmente uma posição firme e corajosa ao afirmar aos jornalistas que a sua nomeação para o respectivo cargo era fruto da escolha e da imposição dos seus camaradas e não da vontade de Spínola. No acto, o brigadeiro Otelo deixaria bem claro que ele e «todos os camaradas do Movimento das Forças Armadas» recusavam qualquer prémio por terem levado avante «o projecto da instauração da democracia política no nosso país».

Hoje, impedido de falar, ignorado das cerimónias oficiais do 25 de Abril, do qual foi um dos principais obreiros, Otelo Saraiva de Carvalho talvez, se o direito à palavra lhe fosse concedido, voltasse a afirmar: «Eu e todos os camaradas que comigo fizeram o 25 de Abril e que actualmente se encontram em situação de liberdade condicional, continuamos a recusar qualquer prémio por termos levado avante o projecto que permitiu a instauração da democracia política em Portugal. Pretendemos, apenas, um julgamento público pelos «crimes» que nos imputam e que não cometemos...»

Uma das últimas fotos do estratego do 25 de Abril como n.º 1 do Comando Operacional do Continente

Otelo na cerimónia de posse como comandante do COPCON

O Movimento Sindical tem alma nova

A conquista da democracia andou (e anda) a par e passo com a luta pelo reforço do Movimento Sindical e da sua unidade. Momentos altos se viveram em três anos de Revolução, desde o próprio dia em que a ditadura caiu e, com ela, os dirigentes sindicais fantoches, expulsos pelos trabalhadores.

As organizações de classe, mercê do empenho de novos e velhos sindicalistas, adquiriram nova vitalidade: a estrutura conciliadora da ordem corporativa foi substituída por um sistema democrático, as assembleias sindicais (até então desertas, ocasionais e manipuladas) encheram-se para debater e decidir questões fulcrais de âmbito profissional e laboral, novos sindicatos surgiram onde não existiam (como na Função Pública, depois de um longo interregno imposto pelo fascismo). Naturalmente, grande parte desse esforço organizativo, possível graças à consciência de classe evidenciada pelos trabalhadores, acabou por convergir no trabalho de reforço da cúpula de todo o Movimento Sindical, a sua central sindical.

Grande prestígio envolvia a Intersindical, esboço confederativo que encontrou na dura clandestinidade o modo de sobreviver e pautar por orientações comuns a actuação de alguns sindicatos corporativos onde os 1 sócios haviam imposto dirigentes da sua confiança.

A central sindical assume novo papel a partir da libertação, apoiada na força dos trabalhadores, que ficou bem patenteada na grandiosa manifestação que, em Janeiro, de 75, percorreu o coração de Lisboa.

Contra os desejos de alguns, três anos depois o Movimento Sindical unitário existe e reforça-se, em torno de tarefas essenciais para a defesa e consolidação da nossa democracia na perspectiva apontada pela Constituição.

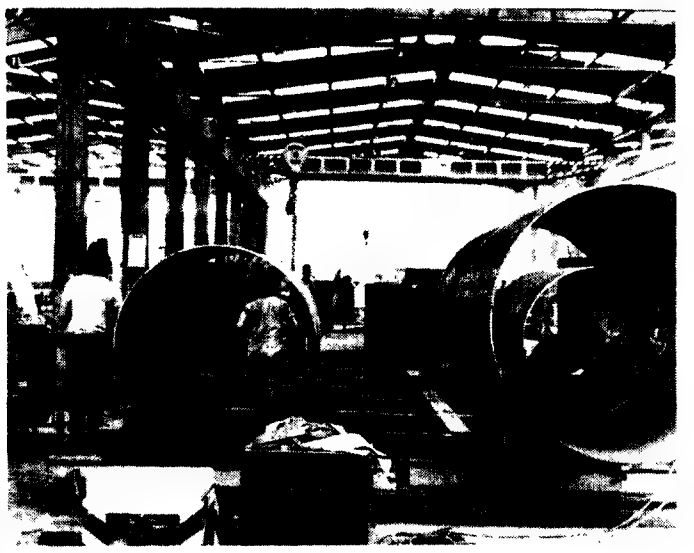
Só em Lisboa, foram para cima de 300 mil trabalhadores a vir à rua em Janeiro de 75: estava em causa a salvaguarda da unidade e a Revolução avançava, avançava

Controlo operário: a força do trabalho contra o capital

O controlo operário como possibilidade de os trabalhadores dominarem o que se passa nas empresas cuja produção se deve à sua força de trabalho, foi uma das conquistas da revolução de Abril. Embora esteja para breve a discussão na Assembleia da República de dois projectos de lei sobre o controlo operário — um do Governo e outro do grupo parlamentar do Partido Comunista Português — nalgumas empresas ele vem sendo já exercido efectivamente. Nessas empresas, depois de afastado o patronato «prosperante» ao abrigo do regime fascista, conseguiu-se recuperar a situação de gestão ruinosa dos antigos patrões, pagando dívidas, aumentando os valores da produção, lucros, vencimentos, e carteiras de encomendas. De um modo geral, nas empresas onde se pratica o controlo operário, os trabalhadores melhoraram também as suas condições sociais no trabalho. Refeitórios, balneários, bibliotecas e locais de convívio, melhorias higiénicas e segurança — que os patrões capitalistas menosprezavam — surgiram, para maior conforto dos trabalhadores.

Operário também come

As magras condições de vida que o fascismo concedia a quem trabalhava foram progressivamente arredadas graças ao triunfo do Movimento dos Capitães. As novas condições criadas permitiram que, organizadamente, nas empresas e nos campos, os trabalhadores conquistassem novos salários e regalias, enfrentando, por vezes em conflitos bastante agudos, a oposição renitente do patronato e de senhores dos velhos tempos. A foto documenta um plenário de empresa (Sorefame), durante uma paralisação nacional dos metalúrgicos, em luta pelo seu contrato colectivo



A REFORMA AGRÁRIA

O 25 de Abril nos campos

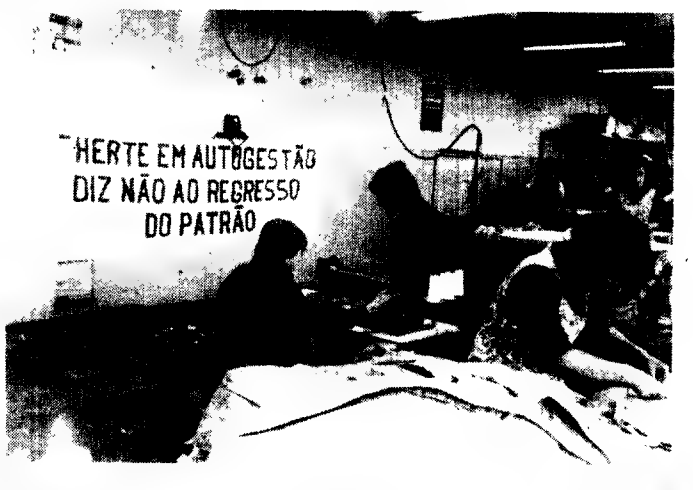
A Reforma Agrária começou no Outono e Inverno de 1974-75, após o fracasso do 28 de Setembro spinolista, num momento em que a sabotagem económica organizada pelos agrários colocava os trabalhadores rurais alentejanos em situação particularmente difícil. Os gados eram abandonados à fome ou passados clandestinamente para Espanha. Não se apanhava a azeitona. As máquinas tinham sido tiradas das herdades. Não se cultivavam as terras. Utilizavam-se buldozzers, tractores ou manadas de gado para destruir sementeiras ou terras cultivadas. Os bancos forneciam capitais aos latifundiários que o gastavam em proveito pessoal. Aumentava o desemprego, surgia a fome para os trabalhadores.

Começou aí a luta pela «a terra a quem a trabalha». Os trabalhadores decidiram avançar para as terras e cultivá-las. Se não actuassem deste modo, combatendo a sabotagem, produzindo o pão, certamente que a Reforma Agrária, seria palavra ainda hoje ignorada nos campos alentejanos. Aumentaram, assim, as áreas cultivadas, a produção, e melhoraram as condições de vida dos trabalhadores.

Com a concludente vitória das forças progressistas sobre a intentona reaccionária do 11 de Março, com o aparecimento de elevado número de cooperativas e de unidades colectivas de produção. São publicadas as leis das Expropriações, do Arrendamento Rural, dos Baldios, da Extinção dos Foros, etc.

Com o «25 de Novembro», o qual, sob o «legalismo democrático» e dos aplausos da Confederação dos Agricultores Portugueses (CAP), sucessora da ALA, que já então ameaçava em plenários «assaltar Lisboa em massa», e atacando o então ministro da Agricultura, Lopes Cardoso, — vem permitindo, até à data, o regresso de alguns dos velhos senhores, protegidos pela nova Ordem, representada na força dos blindados e das G-3, e pela supressão de crédito a cerca de 70 por cento das unidades colectivas de produção.

«O ano passado tivemos a melhor colheita dos últimos 50 anos e logo os nossos opositores se apressaram a dizer que tinha sido o tempo que ajudara. Este ano o tempo não tem vindo de feição para as culturas e já as mesmas vozes começam p'rai a espalhar que a culpa é dos trabalhadores. Em que ficamos então? Mas habituados à rijeza do barro e das canseiras não cederemos um palmo à sem vergonha dos que tentam destruir a Reforma Agrária, já que o amanhã será nosso, porque a razão está do nosso lado» são palavras dum rural da Vidigueira. Bandeira segura para que os ideais do 25 de Abril, no campo da Agricultura, se tornem uma realidade nesta Revolução que, entre avanços e recuos, purpura há três anos nos oitenta e três mil quilómetros quadrados da terra portuguesa.



Uma camponesa do Alentejo

Tractores numa cooperativa

Contra a sabotagem

Porfiada luta contra a sabotagem económica por parte de detentores (muitas vezes nominalmente, nada mais) do capital foi desenvolvida, com êxito e também com alguns fracasssos, pelos trabalhadores que, unida e organizadamente, perante as demissões patronais («eu vou para o Brasil, quem ficar que se lixe») mantiveram, soberanamente, o seu direito ao trabalho. Soluções de autogestão, criação de cooperativas, controlo operário nas «intervencionadas» e nas «nacionalizadas», toda uma frente de luta operária se ergueu contra a exploração. «Banca e Seguros ao Serviço do Povo». Depressa os inimigos de classe e seus «encobertos» aliados — apetece falar do capital multinacional — procuraram roubar o sentido ao propósito expresso pelos trabalhadores e consagrado na lei. Os trabalhadores levantavam o punho, esgrimem com a Constituição. Quem está apostado em destruir as conquistas da Revolução?

Descolonização portuguesa altera correlação mundial de forças

. No dia 27 de Julho de 1974, o general António de Spínola anunciava ao País, depois de dois meses de hesitações: « ceitamos a independência da Guiné, Angola e Maçambique». Eis como «Diário de Lisboa» relatou o acontecimento:

. «Às 12 horas de hoje o general António de Spínola anunciou perante o País que, sobre reconhecer o direito dos povos das colónias a assumirem o seu próprio destino, podendo encaminhar-se sem qualquer ambiguidade para a independência política. Portugal está pronto a iniciar o respectivo processo de transmissão de poderes. Eis o que se não pensaria fosse possível há escassos três meses. E afinal sucedeu, sacudindo-se para longe um pesado manto de obscurantismo histórico».

Palavras textuais de Spínola transcritas em todos os jornais:

. «Se há hora grande na vida e na história de um povo, essa é, sem dúvida, a do seu reencontro com a vocação, a fisionomia e a forma de ser e de estar no mundo que lhe são próprias. Portugal vive hoje essa hora grande, e é com a viva emoção que dirigo ao Povo Português de aquém e além-mar, na mais perfeita coerência com a nossa tradição histórica e com o ideário que nos preside e nela se inspirou, a declaração formal de haver chegado o momento de reconhecer às populações dos nossos territórios ultramarinos o direito de tomarem em suas mãos os próprios destinos. concretizando-se, desse modo, o desenvolvimento da política de autenticidade que sempre defendemos».

Primeira colónia a libertar-se: a Guiné-Bissau. Alguns dados: em 6 de Maio de 74, o Comité Executivo da Luta do PAIGC publica as condições de negociação com o novo regime português. Em 16 de Maio, Mário Soares encontra-se em Dacar com Aristides Pereira. De 25 a 31 do mesmo mês, Mário Soares e Pedro Pires prosseguem as negociações em Londres. Nos dias 13 e 14 de Junho, as negociações continuam em Argel com carácter secreto. Em Agosto, 26, o protocolo de Argel é definitivamente aprovado pelo PAIGC.

Numa reunião do Comité Executivo da Luta com o Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau. Finalmente, em 10 de Setembro, o general Spínola reconhece «de jure» a República da Guiné-Bissau.

A segunda colónia a alcançar a independência é Moçambique, cujo braço armado foi a Frelimo. Algumas datas significativas: nos dias 12 e 13 de Maio de 1974, o general Costa Gomes, Presidente da República, visita o futuro país africano, tendo contactado precisamente com a Frelimo. Em Junho, nos dias 5 e 6, efectuaram-se conversações em Lusaka, negociações essas que levam ao reconhecimento do direito de independência. Setembro, dia 7: acordo de cessar-fogo. Uma semana depois (15 de Setembro), tomada de posse do Governo Provisório. Mais negociações, mais contactos, Samora Machel cada vez mais firme . e no dia 25 de Junho de 1975 Moçambique torna-se definitivamente independente de Portugal.

Angola para lograr a independência defrontou-se com muitos problemas. E isso porque três facções rivais disputavam o poder: MPLA, FNLA e UNITA. Destes três movimentos, os dois últimos eram apoiados pelo imperialismo. O MPLA, presidido por Agostinho Neto, actual presidente da actual República Popular de Angola, era o único representativo dos interesses do povo angolano. Datas: 14 de Junho de 1974 (cessar-fogo da UNITA); 14 de Setembro (encontro do general Spínola com Mobutu na ilha do Sal); 11 de Outubro (conversações em Kinshasa entre a delegação portuguesa e a FNLA); 18 de Outubro (a OUA reconhece a UNITA); 21 de Outubro (oficializado o cessar-fogo com o MPLA); 28 de Outubro (Rosa Coutinho avista-se com Savimbi no Leste de Angola); 18 de Novembro (o ministro Melo Antunes avista-se em Paris com o dr. Agostinho Neto); 4 a 6 de Janeiro de 75 (reunião em Mombaça dos movimentos de libertação para estabelecimento de uma plataforma comum); 10 a 15 de Janeiro (negociação de acordo entre o Estado Português e a FNLA, MPLA, e UNITA, na Penina, sobre o processo e o calendário do acesso de Angola à independência). Em consequência do estabelecido nos acordos da Penina (ou do Alvor) segue-se em Luanda um Governo de Transição, figurando como alto-comissário, em substituição de Rosa Coutinho, o almirante Leonel Cardoso. Tempos difíceis, manobras, e eis que a FNLA e UNITA rompem com o MPLA. Batalha de Luanda: os três movimentos degladiam-se. Depois, com o passar dos meses, tudo se precipita, ocorrendo a invasão de Angola por mercenários procedentes do Zaire (através da Namíbia) e da África do Sul. Duas colunas com blindados a caminho de Luanda. Agostinho Neto pede auxílio a Cuba e, então verifica-se o desbaratamento das forças mercenárias. No dia 11 de Novembro de 75, Angola, sob a designação de RPA, é um Estado africano independente. Dia após dia, é reconhecido por numerosos países. Portugal, devido à reacção interna e externa, é o 88.º país a reconhecer a República Popular de Angola. Presentemente, tudo se encaminha para que uma representação diplomática angolana obra em Lisboa no decurso do próximo mês de Maio.

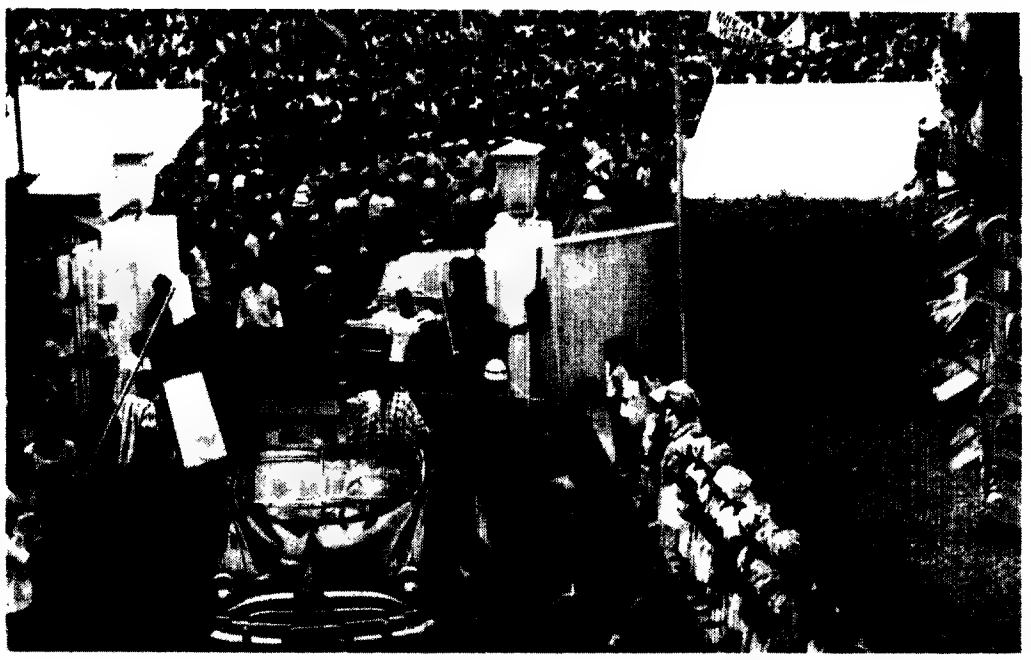
...Era o fim da exploração colonialista. Basta lembrar também a independência da S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde e a anexação de Timor-Leste pela Indonésia. Quandoto a Timor, trata-se de uma história que, verdade verdade, ainda não foi devidamente contada...

Estádio da Machava, na capital de Moçambique. À meia-noite do dia 24 de Junho de 1975 é arreada a bandeira portuguesa, simbolizando a capitulação do colonialismo em terras do Zambeze

Samora Machel

Agostinho Neto

Independência da Guiné-Bissau



Independência de S. Tomé e Príncipe

Independência de Cabo Verde

Acordo do Alvor, que levou à independência de Angola

As novas relações internacionais

Se a expressão de António de Oliveira Salazar, «Orgulhosamente sós» apesar do ridículo, expressava uma certa realidade pela situação em que Portugal se encontrava diante dos países democráticos e da maior parte da opinião pública mundial, depois do dia 25 de Abril de 1974, perdeu toda a sua razão de existir e, sequer, de ser lembrada.

O povo ainda estava na rua, a comemorar a vitória dos capitães, que afinal de contas era a sua própria vitória, e já os teletipos das agências noticiosas transmitiam no seu matraquear compassado que os acontecimentos que se desenrolavam em Portugal, depois das primeiras cautelas, eram recebidos com simpatia pela esmagadora maioria das nações.

Apenas seis dias depois, no memorável 1.º de Maio, políticos e sindicalistas estrangeiros viam, e depois contavam nos seus países, as transformações em ritmo quase alucinante que se estavam a processar. O interesse sobre Portugal crescia e as visitas sucediam-se, sempre trazendo as perspectivas do reatamento de contactos há muito interrompidos, do restabelecimento de novas amizades. Concorria fundamentalmente para isso a disposição a todo instante renovada, de iniciar a descolonização e de dar um ponto final numa guerra estúpida e perdida. Igualmente esta determinação era a razão do marcado interesse despertado por Portugal junto aos países do Terceiro Mundo, que sempre foram os seus mais acérrimos contestatários na Organização das Nações Unidas.

O mundo socialista, até aquela altura ainda chamado e tratado por termos da «guerra fria» como «Cortina de Ferro» deixava de ser o mistério em que sempre fizeram questão de o envolver, e a abertura de relações era assunto falado e esperado, abertamente.

Os países árabes, que retribuíram o «favor» de Caetano em ceder as Lajes para os aviões norte-americanos abastecerem Israel durante os conflitos do Médio Oriente com as sanções do petróleo, abandonavam pouco a pouco as suas posições e mostravam-se dispostos a um diálogo franco e honesto com o novo regime.

Com a descolonização em curso, com o estabelecimento de novas e proveitosas relações e com a aproximação aos países do Terceiro Mundo, sem virar as costas à Europa, onde geográfica e politicamente Portugal está inserido, Portugal passou a fazer parte das nações mais visitadas e que mais enviava mensageiros oficiais a outros países, procurando seguir a linha do programa do Movimento das Forças Armadas que, desde a primeira hora deixou clara a sua determinação de não ingerência e de respeito pelos compromissos externos já assumidos.

Sem dúvida, o facto mais marcante nas relações internacionais de Portugal em 1974, foi a visita do presidente Costa Gomes à ONU. As atenções que lhe foram dispensadas e a intensidade dos aplausos recebidos após o seu memorável discurso provaram definitivamente que Portugal, agora, era visto com outros olhos.

A sua visita à Roménia, a 13 de Junho de 1975, foi a primeira efectuada por um chefe de Estado português a um país socialista. Posteriormente, viria ainda a deslocar-se à União Soviética, Polónia e Jugoslávia. Ministro dos Negócios Estrangeiros, de Maio de 1974 a Março de 1975, Mário Soares tratou, fundamentalmente da descolonização, mas também manteve contactos com a Internacional Socialista e com países europeus. O seu sucessor, major Melo Antunes, aplicou, metódica e eficazmente o que se convencionou chamar «política terceiro-mundista», por ele preconizada, e que abriu perspectivas políticas económicas, financeiras e culturais até então desconhecidas para Portugal. Ainda em 1975, com o estatuto de observador, o almirante Rosa Coutinho era convidado para participar da cimeira dos Não-Alinhados realizada em Lima, no Peru e o então brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho viajava para Cuba durante uma semana.

Após o 25 de Novembro, a política externa de Portugal acompanhou as modificações registadas a nível interno. Os países socialistas, representantes do Terceiro Mundo e membros dos Não-Alinhados foram substituídos por uma preferência mais orientada em direcção à CEE, NATO e Estados Unidos. Entre alguns dos interlocutores do ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, desde Abril de 1976, encontram-se Henry Kissinger, Brasil, Bona, Conselho da Europa, Paris, Londres e Bruxelas, com passagens pela ONU e por Belgrado. Busca-se afanosamente a integração de Portugal no Mercado Comum Europeu, depois do reforço dos laços que ligam o país à Organização do Tratado do Atlântico Norte, ao mesmo tempo em que são anunciados vultosos empréstimos.

Aplaudida por uns e criticada por outros, a actual política portuguesa vai reflectir-se a nível interno. E quando os efeitos forem patentes, em todas as suas consequências, o seu acerto ou o seu erro será julgado por quem, afinal, é o verdadeiro «acompanhado»: o Povo Português.

O Artigo 7.º da Constituição

1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do direito dos povos à autodeterminação e à independência, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da Humanidade.

2. Portugal preconiza a abolição de todas as formas de imperialismo, colonialismo e agressão, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

3. Portugal reconhece o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo, e manterá laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa.

Vasco Gonçalves (na foto com Costa Gomes) falando à Imprensa no regresso de Bruxelas, onde representou o Presidente da República na Assembleia Geral Extraordinária da NATO

Costa Gomes na ONU

À chegada do ex-presidente da república, general Francisco da Costa Gomes, ao aeroporto Kennedy, em Nova Iorque, já deixava antever o sucesso que revestiria a sua esperada visita à sede da Organização das Nações Unidas.

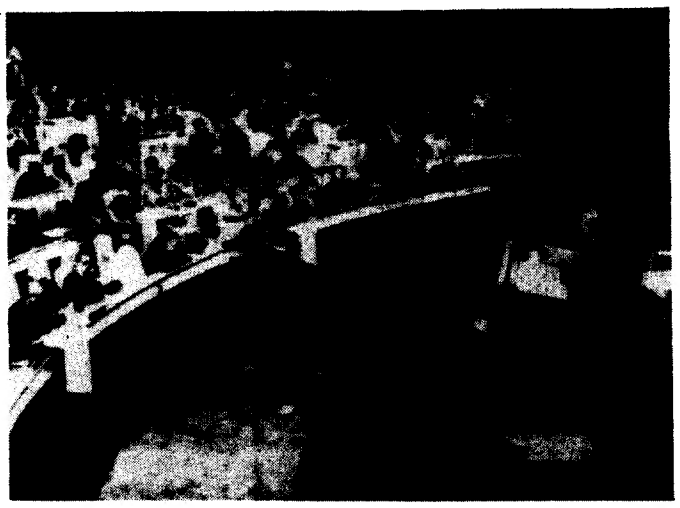
No mesmo local onde Portugal tantas vezes fora condenado pela sua aventura colonialista, pelos mesmos altifalantes que difundiram protestos que a Censura não deixava chegar ao conhecimento do povo português, na presença de tantos representantes que votaram sanções, Costa Gomes, olhado com respeito, apresentava o projecto de um novo país que nada tinha a ver com aquele representando por um embaixador que, ao falar, carregava nos «erres».

Armando Pereira da Silva, o enviado do «DL» para acompanhar o general Costa Gomes na ONU, escrevia, num apontamento à margem da cobertura noticiosa: «Valeu a pena ter vivido e sofrido, com teimosa resistência, os anos monstruosos do fascismo para vermos e ouvirmos ontem, nas Nações Unidas, o general Costa Gomes. A sua serena dignidade, o seu sentido de equilíbrio, a sua firme definição do que é o Portugal revolucionário de hoje, na senda do progresso social e de uma democracia pluralista, projectaram-se de modo bem claro no discurso que fez e que tão entusiasticamente foi aplaudido».

O célebre discurso foi, efectivamente, bem recebido por todos. Particularmente pelos representantes dos países do Terceiro Mundo que viam agora em Portugal, mais um aliado, mais uma voz a levantar-se contra a exploração dos mais fortes Costa Gomes era o primeiro Chefe de Estado português a dirigir-se ao mundo, falando da tribuna das Nações Unidas. E as suas palavras, neste dia, são históricas. Após as saudações Costa Gomes definia, claramente, á disposição do Governo em prosseguir irreversível e definitivamente, o processo de descolonização e em devolver ao Povo Português a dignidade perdida e convidou os altos responsáveis políticos da Assembleia para verificarem, «in loco» o ambiente de trabalho e de ordem social em que Portugal vivia. Ao mesmo tempo, afirmava, solenemente, que o país estava em perfeitas condições para cumprir, na letra e no espírito, a Carta das Nações Unidas e todos os compromissos internacionais, políticos, comerciais ou financeiros a que estivesse vinculado.

A seguir, demonstrava o programa traçado. No plano interno, o caminho apontado era o da manutenção de um Estado democrático com a desintoxicação de meio século de propaganda fascista, num quadro multipartidário. No processo de descolonização, seriam seguidos os princípios do direito internacional da autodeterminação e da independência, com a intenção de proporcionar a cada território a solução mais adequada para a garantia de uma génese feliz para a nova Pátria que dali nasceria. No plano internacional, seriam intensificadas as relações económicas e políticas com todos os países amigos tradicionais e com todos os povos do mundo, incluindo, especificamente, os Estados Árabes e do Terceiro Mundo.

Lembrando que a situação pré-democrática que era vivida na altura, e as suas inerentes dificuldades, Costa Gomes esperava que fossem levantados rapidamente todos os embargos e restrições a que Portugal estava submetido por culpa dos antigos governantes e pedia auxílio dos países democráticos do mundo que se dispusessem a uma solidaridade moral e material rápida, fraterna e, principalmente, **justa no seu preço financeiro e político**. A nível das preocupações internacionais, manifestou-se pelo desarmamento e pela canalização dos recursos para os menos favorecidos, onde os homens lutam pela sobrevivência e pelo acesso à cultura.



O então Presidente da República nas Nações Unidas

Vasco Gonçalves na NATO

«Eu trago a verdade sobre o que se passa em Portugal. Portanto, desde que as conversações decorram nesta base de verdade, julgo que todos os problemas serão resolvidos e desfeitas as incompreensões sobre o que se passa em Portugal». Estas foram as primeiras palavras do então primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, quando chegou a Bruxelas no dia 29 de Maio de 1974, representando o presidente Costa Gomes na Assembleia Geral Extraordinária da NATO.

A sua primeira declaração pública demonstrava o cuidado com que Vasco Gonçalves havia preparado a viagem e a atenção que mantinha sobre as palavras que proferia. O clima que encontrou era, francamente, de resistência. De um modo geral, a opinião dos países membros, mas primordialmente dos Estados Unidos e da Alemanha Federal era de que a situação portuguesa enfraquecia o flanco sul da aliança, à disputa greco-turca pela dominação de Chipre depois que esta ilha fora invadida com apoio norte-americano.

Vasco Gonçalves lavava de Lisboa uma plataforma de actuação bem definida, em quatro pontos, que foram observados em todas as suas intervenções e contactos com dirigentes e com a Imprensa: a posição de Portugal na Europa, dentro da NATO, em relação às ex-colónias e diante do desanuviamento. Tendo recebido mais de 30 pedidos de entrevistas foi decidida a convocação de uma conferência de Imprensa, onde o ex-primeiro-ministro português sintetizou perfeitamente quais os seus objectivos na cimeira. Vasco Gonçalves pedia, apenas, mais compreensão e menos apreensão em relação a Portugal. Destacara a falta de informação sobre o que se passava no País, o que de resto faria em todos os contactos mantidos com delegações estrangeiras, entre as quais, Luxemburgo, Dinamarca, Canadá, Grã-Bretanha, Bélgica e Estados Unidos. No encontro com este último, juntamente com o almirante Rosa Coutinho, Vasco Gonçalves esteve com Gerald Ford e Henry Kissinger. Ford, apesar de dizer que seguia com «simpatia» a evolução dos acontecimentos em Portugal, chefiava a delegação que, ao lado da Alemanha Federal, com Helmut Schmidt, mais reticências levantava quanto ao processo português, demonstrando os seus temores pela presença de comunistas no Governo. Schmidt iria mais longe ao acenar, claramente, com a possibilidade de expulsão de Portugal da NATO, caso a evolução do País não se processasse «dentro dos objectivos da Aliança». A isso, Vasco Gonçalves, lembrando que o célebre «caso República» havia sido empolado no exterior com finalidades extremamente claras, respondia que, de acordo com o programa do MFA, os compromissos externos seriam honrados ressaltando que, em todo o caso, Portugal dizia respeito somente aos portugueses.

Vasco Gonçalves tentou tranquilizar os parceiros de Portugal na Organização do Tratado do Atlântico Norte, excitados com as campanhas desenvolvidas através de toda a Europa, e aterrorizados com o «perigo comunista que pairava no extremo da Península Ibérica».

À sua chegada, os resultados obtidos eram classificados, discretamente, como satisfatórios. Entretanto, a posição que as sociais democracias europeias e os Estados Unidos passaram a tomar em relação a Portugal, de uma maneira cada vez mais vincada e dura, demonstraram que esta apreciação estava errada. Em verdade, Vasco Gonçalves, apesar do esforço, pouco conseguiu convencer. Um projecto de independência nacional e de socialismo, realmente, não poderia interessar uma organização como a NATO.

Os chefes dos três ramos das Forças Armadas e o governador militar de Lisboa, depõem no terceiro aniversário da Revolução de Abril. Dos quatro depoimentos que passamos a transcrever parcialmente da revista «Baluarte» — órgão da Região Militar de Lisboa — destacam-se as palavras de Vasco Lourenço: «Valeu a pena. Tem que continuar a valer a pena...»

As Forças Armadas e o 25 de Abril

Vasco Lourenço

TEM QUE CONTINUAR A VALER A PENA

O general Vasco Lourenço, governador militar de Lisboa, evoca a data histórica:

«25 de Abril. Ao evocar esta data, quantas sensações diferentes sente de imediato um 'Capitão de Abril'! Recordações de um passado longínquo e de um passado recente; alegrias e tristezas do presente e esperanças no futuro, numa mescla de sentimentos que nos levam a afirmar, bem alto:

«Valeu a pena. Tem que continuar a valer a pena...»

«Recuando ao passado longínquo, recordando os últimos 150 anos da História de Portugal, é com mágoa que verificamos terem sido os militares que, depois de acções valiosas na tentativa de que o povo assumisse a sua própria soberania, acabaram por ser os instrumentos da destruição dessa nobre intenção, e sustentáculo último da opressão que a ela se seguiu, materializada em regimes não democráticos, causadores de um atraso de muitos anos da sociedade portuguesa, em matéria de desenvolvimento e justiça social.

«Recordando os últimos anos, vemo-nos envolvidos numa guerra colonial sem sentido, que nada resolveu apesar da sua duração. O fanatismo do regime que, fechando os olhos à evolução de toda a sociedade mundial, ficando 'orgulhosamente só, num desafio à História, arrastou-nos para uma confrontação prolongada e desgastante, sem considerar que a guerra é o último argumento, a última razão, a última hipótese.

«Vemos Portugal cada vez mais isolado, sucessivamente mais atrasado em relação a quase toda a Europa Ocidental, tanto no que concerne à experimentação e vivência de um regime democrático, como por consequência, no que respeita à justiça social, ao progresso e ao bem estar.

«Por fim, o 25 de Abril de 1974! De imediato recordamos o caudal de esperanças que repentinamente brotou do coração do Povo Português. Porém, reflectindo, sabemos que o 25 de Abril, sendo um acto concreto do Povo Português contra a ditadura, ele é apenas um primeiro degrau de uma longa caminhada.

«O Povo Português ganhou instituições políticas legítimas; ganhou consciência de cidadania. Construiu, ele próprio, uma Constituição que, como Lei Fundamental, contém em si todo um projecto de Sociedade mais justa.

«A sociedade democrática necessita, porém, de tolerância ideológica, equilíbrio social e perspectivas de vida.

Se as partes sociais se radicalizam, isso constitui um sinal de alarme para a democracia; mas se o Estado, garantia do regime democrático, se confunda, então estamos à beira do precipício...

«As Forças Armadas, como garantes da Unidade do Estado, não podem, sob pretexto algum, deixar-se abalar no que concerne à consciência da sua função e ao cumprimento da sua missão. Não poderemos esquecer nunca que quando as Forças Armadas oscilarem, oscilará Portugal. É perante esta certeza, perante esta enorme responsabilidade, que todos nós militares teremos que meditar profundamente na essência libertadora do 25 de Abril.

«Para isso teremos que nos compenetrar de qual a nossa missão no âmbito da Constituição da República, mantendo-nos alerta perante as permanentes tentativas que se exercem sobre nós com o fim de nos desviarem do seu cumprimento.

«Um militar, como elemento das Forças Armadas, terá que manter-se independente de todas as formações partidárias não intervindo em assuntos de natureza política, fora das instituições democráticas consignadas na Constituição.

«As Forças Armadas, como um todo, terão que ser o garante último do regular funcionamento das instituições democráticas e da defesa das condições criadas para que o Povo Português possa, por si e de uma forma totalmente democrática, resolver os seus problemas, decidindo do seu futuro e da maneira de o alcançar.

«E hoje, quando vozes saudosistas de regimes ultrapassados, se fazem ouvir com um impudor inqualificável, teremos, mais que nunca, de ser garantia, para o Povo Português, de que o 25 de Abril será cada vez mais olhado como o dia em que o povo conquistou a sua própria liberdade e soberania.

Rocha Vieira

A LIBERDADE DISSOCIADA DE PRESSÕES

General Rocha Vieira, chefe do Estado-Maior do Exército:

«A acção militar de 25 de Abril de 1974 encontrou eco na maior parte dos portugueses, porque correspondeu às aspirações de libertação há muito sentidas e profundamente desejadas.

Rasgaram-se então horizontes de esperança e libertou-se a imaginação do homem português ainda surpreso e desejoso de participar na orientação do seu próprio destino.

Desenvolveram-se as boas vontades mas também alguma ingenuidade, da qual se tentaram aproveitar correntes totalitárias, acendendo-se paixões e cavando-se divisões.

Apesar de todas as dificuldades e dos conflitos derivados do entrechoque das forças em presença, os portugueses souberam criar as suas instituições democráticas legítimas, cujos mecanismos foram concebidos para que por meio das mesmas se possa expressar e aplicar a sua vontade colectiva.

Para que de facto estas jovens instituições sirvam o povo real que somos, haverá porém que manter a liberdade dissociada da pressão das paixões e do domínio de grupos parciais, o que será possível caminhando para um estádio superior, no qual o impulso moral básico seja o civismo e o respeito por outrém. E a tolerância inerente à força moral generosa e não a transigência que deriva da fraqueza.

Pelo contrário, se se avolumar o afrontamento de reinvidicações opostas e de interesses divergentes prosseguidos de forma obcecada, então corre-se o risco de perigosa divisão do espírito público, enraizando-se antagonismos que a prazo inviabilizam a democracia autêntica.

É nesta encruzilhada de evoluções possíveis, que surge como relevante a função que compete às Forças Armadas e portanto ao Exército, como instituição suporte à qual cumpre manter as condições gerais que permitam ao Estado pôr em acção a energia resultante da vontade popular. É neste quadro que o Exército de uma sociedade democrática se tem que apresentar isento, firme e inabalável.

Firme e inabalável, porque a democracia é inseparável de um poder superior, para que assim se possa manter aberto o jogo dos diferentes interesses que existem numa sociedade, em que a diversidade é reconhecida e os direitos dos homens protegidos.

Isento, porque não deve interferir por qualquer forma na actuação dos órgãos de soberania, embora deva ser consciente dos fenómenos que se desenrolam na colectividade que serve, para que não se coloque involuntariamente em apoio de uma facção.

Porque ainda não avulta como valor dominante o respeito pelos seus concidadãos, várias forças têm tentado e tentarão ainda colocar a força das armas ao seu serviço, mesmo insensivelmente, e daí a necessidade de lucidez e de hábitos de fria apreciação dos factos, de que os militares se têm de munir para bem cumprirem a sua missão.

O caminho parece pois fácil de enunciar, embora difícil de executar, conforme a nossa História o demonstra.

Perante as elevadas responsabilidades que pesam sobre os militares, mais que nunca lhes compete o rigoroso respeito dos princípios da ética militar, como via principal para a consolidação da força moral que advém do simples facto de situar a instituição militar numa perspectiva eminentemente nacional.»

Souto Cruz

VIGILÂNCIA DAS LIBERDADES ALCANÇADAS

Eis o depoimento do almirante Souto Cruz, chefe do Estado-Maior da Armada:

«Comemora-se o terceiro aniversário do Movimento do 25 de Abril que iniciou uma era nova da vida nacional, fazendo renascer a esperança de todos os portugueses na criação duma sociedade mais equilibrada e justa onde em democracia e paz, pudessem trabalhar fraternalmente unidos na construção dum futuro melhor capaz de assegurar, a breve prazo, a qualidade de vida que ambicionamos para nós e para os nossos filhos.

Dessa autêntica revolução que as Forças Armadas desencadearam, soube o povo português manter sempre, mau grado todas as vicissitudes do processo, uma atitude digna e firme, profundamente democrática, impondo a sua vontade contra todos os desvios de forças políticas. Criaram-se instituições políticas legítimas, sancionadas pelo voto livremente expresso, num clima de paz e dignidade que deu a medida da maturidade da Nação e um exemplo que se impôs a todo o mundo.

A consolidação duma democracia autêntica e operante é porém um processo complexo e longo que exige a mobilização de todas as vontades e um trabalho intenso que permita o reajustamento da nossa economia às novas condições de vida que escolhemos.

Só num clima de paz, de tolerância e de boa vontade será possível encontrar as condições necessárias a esse esforço que constitui para todos nós um desafio que conscientemente aceitamos, na certeza de que saberemos sair vitoriosos.

Têm as Forças Armadas um importante e fundamental papel a desempenhar neste esforço de recuperação. Elas têm que continuar a ser antes de mais nada o garante da Constituição e das instituições criadas, a sentinela vigilante das liberdades alcançadas por forma a anular todas as ameaças de ordem externa ou interna venham elas donde vierem.

Mas para além disso terão igualmente de dar o seu contributo nas tarefas de reconstrução, em íntima coordenação com o Governo e as forças vivas do País.

No que concerne à Marinha esse esforço será orientado para as fainas do mar, desse mar ora alargado até às 200 milhas de distância da costa e que poderá ser fonte apreciável de riqueza numa exploração racional dos seus recursos vivos e das potencialidades do seu solo e subsolo.

Isto exigirá um esforço científico apreciável em que a colaboração da Marinha pode ser fundamental. Mas vai igualmente exigir um esforço diário e intenso de vigilância dessas águas, na defesa das suas riquezas e do equilíbrio ecológico, na protecção da vida e dos bens de todos os trabalhadores do mar. E tudo isto sem abandonar a intensa preparação pessoal que a complexa tecnologia das marinhas de guerra hoje exige para o desempenho das missões de defesa da Nação.

Todos quantos na Marinha servem, independentemente, do seu posto ou graduação, quer sejam militares, militarizados ou civis estão conscientes das responsabilidades que terão de assumir e não se pouparão a esforços e canseiras para que as suas missões sejam integralmente cumpridas, contribuindo assim para o progresso da Nação.»

Lemos Ferreira

SABER HONRAR O LEGADO HISTÓRICO

General [illegible] Ferreira, chefe [illegible] Estado-Maior da Força [illegible]:

«Tendo sido solicitado a pronunciar-me sobre o significado do 25 de Abril de 1974 faço-o com inteiro agrado, não só como Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, mas mais ainda como militar consciente e atento ao desenvolvimento social do povo português.

«Geograficamente localizados no canto sudoeste europeu, por vários centénios mais voltados para o exterior ultramarino do que dedicados à reflexão interior, tradicionalmente fáceis em conviver e sobreviver em situações diferentes do convencional conhecido, o que se julga resultar do próprio processo miscelâneo e da fusão subsequente ocorridos nos primórdios da formação da consciência nacional, todos nós, em 25 de Abril de 1974, iniciámos um novo capítulo histórico que inclui muita matéria nova, independentemente do reconhecimento que cada um tenha deste facto. Assim, se por um lado estamos em fase de reavaliação de todas as nossas potencialidades, por outro, e em paralelo, tentamos conjuntamente elaborar e efectivar novas perspectivas no contexto social, procurando tornar real a comparticipação de todos os cidadãos no presente do dia-a-dia e no projectar do futuro.

«Temos, portanto, que Roma regressou a Roma em acto de reafirmação de si própria, vinculando-se o destino de todos ao de cada um, condição de certo modo esquecida por força da nossa localização excêntrica e de dispersão histórica dos últimos cinco séculos, factores contribuintes para o natural alheamento às correntes mais liberais do pensamento e socialmente mais participativas, frequentemente prevalecentes nas Nações convencionalmente designadas por Europa Ocidental.

«Como tudo o que nasce de forma algo brusca, também a nossa jovem Democracia tem sido objecto de tentativas conducentes à sua anulação, ou desvio para fórmulas de cariz francamente totalitário embora, por vezes, dissimuladas sob o manto diáfano de uma pseudo-originalidade, de cunho popular. É, aliás, compreensível que nem todo o caminho já percorrido tenha primado pela clareza e objectividade, pois várias foram as situações em que a emoção superou o juízo lógico e frio, abusando-se da credulidade, dedicação e boas intenções da generalidade dos portugueses, e se não fora a proverbial capacidade de adaptação do nosso povo a novos enquadramentos, associada à rapidez de destrinça entre o trigo e o joio, certamente que a Revolução não deixaria de ser sangrenta e, necessariamente, menos justa e adaptada às características de um povo, por norma pacífico, magnânimo e sociável. Na verdade, para bem de todos nós, o ódio e a crueldade não são, nem nunca foram, propensão dos portugueses. Nas circunstâncias do presente, e do futuro que se nos oferece pleno de promessas de vida comungada, sem deixar de privilegiar, a entidade de cada cidadão, o respeito mútuo e a observância da dignidade essencial da vida humana, é indispensável que todos aqueles que nas Forças Armadas militam a título temporário ou permanente, na defesa da Pátria e e ao serviço do povo português em perfeita isenção partidária, princípios fundamentais consagrados na nossa Constituição, tenham consciência plena do que deles se espera e saibam resistir de forma decidida a todas as pretensões de manipulação da sua vontade, no sentido de atingir-se pela via da confrontação armada e da ameaça psicológica o que o voto livre não tenha consagrado.

«Em conformidade, os cidadãos libertados deste novo Portugal têm o direito de exigir de nós, militares, tudo aquilo que nos propusemos garantir quanto ao regular funcionamento das instituições democráticas, para a realização dos legítimos anseios de uma sociedade que intenta permanecer democrática e pluralista, livre de escolher o seu próprio caminho sem imposições, influências ou impedimentos.

«A Força Aérea, parte integrante das Forças Armadas, de forma inequívoca cumprirá devotadamente a sua parcela da missão comum, sem entretanto esquecer que em relação a todos os seus elementos, civis e militares, do mais humilde aos de maior hierarquia, tem ainda o dever complementar de incentivar a valorização cultural e técnica que é condição essencial para a consolidação das relações democráticas entre todos os portugueses.

«Como ideia final, que cada um de nós, militares, saiba honrar com determinação o nosso legado histórico, negando sem hesitação ou tibieza quaisquer tentativas contrárias aos legítimos interesses nacionais.»

MELO ANTUNES ANALISA A REVOLUÇÃO

"Forças progressistas têm força para vencer inimigos da democracia"

As forças democráticas e progressistas em Portugal têm ainda muita força, têm ainda muita capacidade, para impedir que as forças da reacção consigam uma inversão da situação, sublinhou o presidente da Comissão Constitucional e membro do Conselho da Revolução, major Melo Antunes, um dos homens mais importantes do 25 de Abril, em entrevista concedida ao correspondente da MTK.

Reconhecendo a existência de uma «certa tendência» de recuperação da força política e económica dominante no regime anterior, Melo Antunes apontou entretanto a força e capacidade das «forças democráticas e progressistas de Portugal, como susceptíveis de garantir o prosseguimento, «com êxito», da «luta pela consolidação das instituções democráticas, pela democracia política, mas, mais do que isso, pela transformação dessa luta, numa luta real para a mutação da sociedade portuguesa, em direcção ao socialismo», referindo, por outro lado o significado de a Constituição portuguesa garantir igualmente «a transição para o socialismo».

ALIANÇAS DE ESQUERDA

Caracterizando a maioria do Povo Português pela que é constituída pela camada dos seus trabalhadores, o conselheiro da Revolução acrescentaria que ela «tem a vocação de encontrar formas práticas de aliança na luta contra aqueles que pretendem o regresso a formas autoritárias de poder político, nomeadamente o fascismo».

Melo Antunes disse também que o objectivo da sociedade para que aponta a Constituição, «isto é, uma sociedade socialista que no futuro aponta para uam sociedade sem classes», só poderá ser alcançado, a nível institucional, «através de verdadeiras formas práticas de aliança entre os partidos da esquerda, entre formações políticas que desenvolvem a sua actividade à esquerda (...) e mesmo os elementos das Forças Armadas que foram inicialmente responsáveis pelo 25 de Abril e que hoje continuam a ser um fermento bastante importante da Revolução portuguesa».

o conselheiro da Revolução fez avultar entre os perigos que ameaçam a Constituição, os que «decorrem de uma certa tendência verificada nos últimos tempos para a recuperação da força política e económica de certos grupos da burguesia nacional que no 25 de Abril e nos meses seguintes tinham sido liquidados».

E acrescentou: «por diversos motivos que não importa agora analisar em profundidade, a verdade é que aquela camada da burguesia nacional que estava ligada ao poder político e económico e ligada à exploração colonial e que tinha sido liquidada politicamente, encontrou nos últimos tempos condições que favorecem as suas tentativas de recuperar parte do poder perdido, nomeadamente no campo económico».

Melo Antunes apontaria ainda «uma outra camada», situada, como disse, «imediatamente a seguir na cadeia do capitalismo nacional», como estando igualmente interessada na existência dos monopólios e que por isso «tenta por diversos modos recuperar o poder perdido, constituindo também uma ameaça directa à instauração e ao aprofundamento da democracia e ao cumprimento da Constituição».

A este contexto, o presidente da Comissão Constitucional associou também «uma série de acontecimentos de natureza internacional, aos quais Portugal não escapa e que nem sempre se produziram no interesse de reforçar os elementos e os grupos que neste país lutam pelo progresso e pela democracia».

E concretizando: «daí que haja um envolvimento, tanto interno, como internacional das forças do progresso e das forças democráticas, envolvimento esse que tem objectivamente impedido a Revolução de caminhar mais rapidamente».

INDEPENDÊNCIA NACIONAL

No entanto, conforme acentuaria o major Melo Antunes, «em Portugal existem depois do 25 de Abril condições para que as massas populares saibam defender a Constituição dos ataques de que é alvo por parte de forças que lutam contra o progresso, contra as aspirações e o interesse das massas trabalhadoras. Julgo que os trabalhadores portugueses adquiriram uma grande consciência de classe ao longo de todo este processo revolucionário, que foi altamente conturbado em muitas ocasiões».

Tal consciência, insistiu, foi adquirida «ao longo de lutas bastante àspera e é a garantia de que os portugueses não estão dispostos a largar aquilo que dificilmente conquistaram e na sua memória ainda persiste toda a recordação dos longos anos de fascismo e colonialismo com que foram oprimidos e explorados».

Noutro passo da entrevista que concedeu à MTK, o major Melo Antunes analisou aquilo a que o correspondente da agência húngara considera os riscos que decorrem para a independência nacional, dos sucessivos empréstimos contraídos no estrangeiro.

O presidente da Comissão Constitucional, depois de reconhecer que durante a sua passagem pelo MNE tivera oportunidade de se inteirar das «dificuldades que na prática um país pequeno como o nosso, inserido num determinado contexto geopolítico e geoestratégico, encontra para defender uma real independência», observou:

«Hoje, independência nacional é sobretudo a gestão racional e coerente das dependências e a criação de espaços de actuação na rede complexa das interdependências a que um país está sujeito».

Logo a seguir, o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros referiu que após o 25 de Abril Portugal «conseguiu de facto abrir esses espaços, diversificando as suas relações e procurando criar relações profundas, nos diversos campos, com muito países, nomeadamente os socialistas, com os quais não tínhamos antes tido quaisquer espécie de contactos e abrindo perspectivas de cooperação com países do Terceiro Mundo, nomeadamente os africanos, para os quais Portugal estava fechado por virtude da colonização».

Reconhecendo depois que Portugal é um país da Europa Ocidental e que é com esse espaço que pratica uma maioria esmagadora das suas trocas comerciais, além de que não teria sido possível uma reconversação inopinada de toda a estratégia das relações económicas externas, Melo Antunes frisou, no entanto, que «era possível uma progressiva diversificação e portanto uma progressiva criação de um espaço de autonomia capaz de fazer de Portugal um país que escapasse tanto quanto possível à lógica implantada de um certo tipo de hegemonia

«Em Portugal existem condições para que as massas populares saibam defender a Constituição»

que se exerce na Europa Ocidental através de mecanismos políticos e económicos bem conhecidos».

Uma política externa conduzida de acordo com as orientações basicamente preconizadas, seria, segundo Melo Antunes, uma garantia de «real independência nacional», porquanto permitiria de facto a escapar a uma certa hegemonia nos países altamente desenvolvidos da Europa a escapar à hegemonia asfixiante do capitalismo norte-americano».

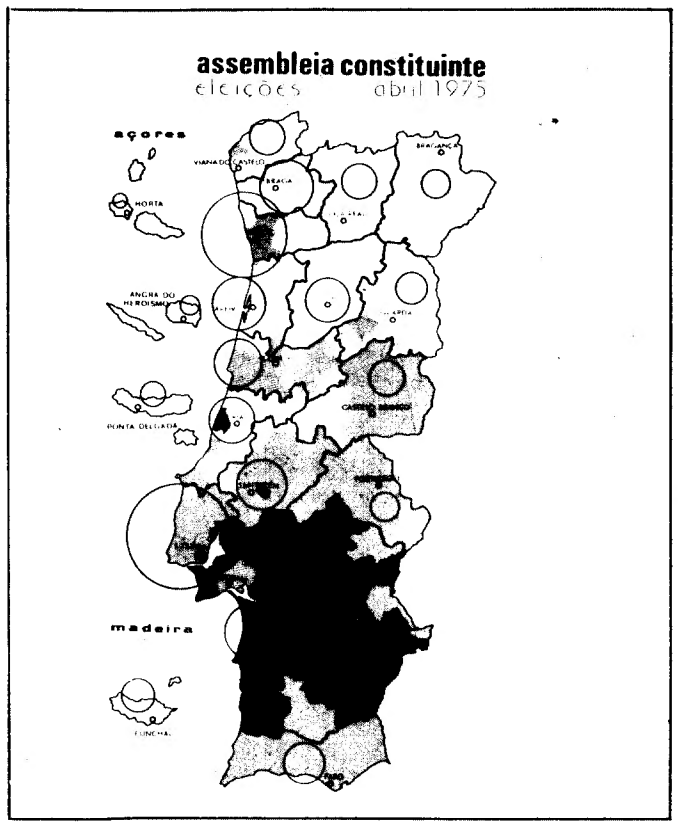
Além do que acrescentou permitiria que Portugal ocupasse uma posição respeitada no mundo, pela progressiva obtenção do estatuto de uma certa neutralidade na Europa, neutralidade essa que seria activa e que procuraria em todos os domínios lutar pela busca de equilíbrios eficazes entre as diferentes potências e regiões do mundo».

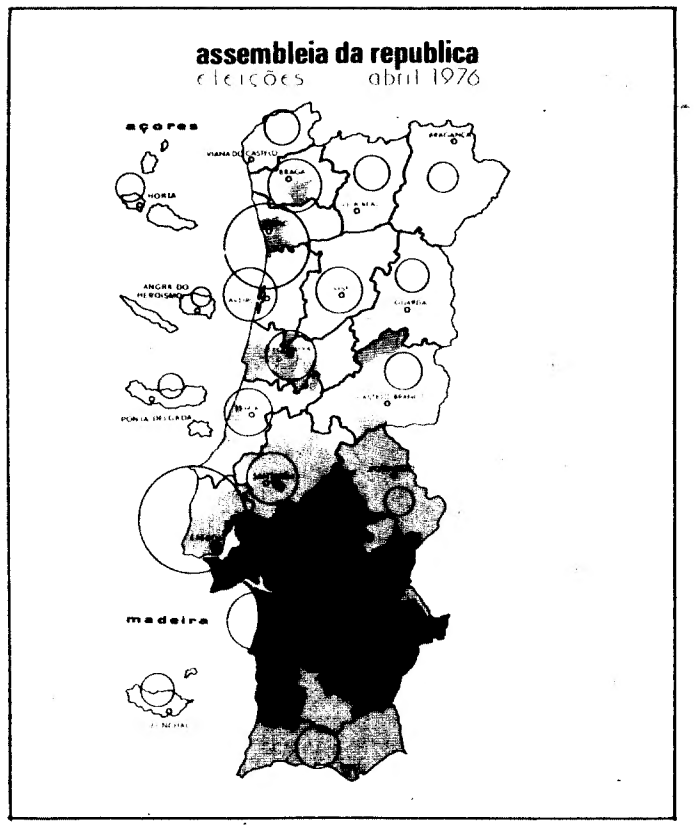
ENTRE A EUROPA E O TERCEIRO MUNDO

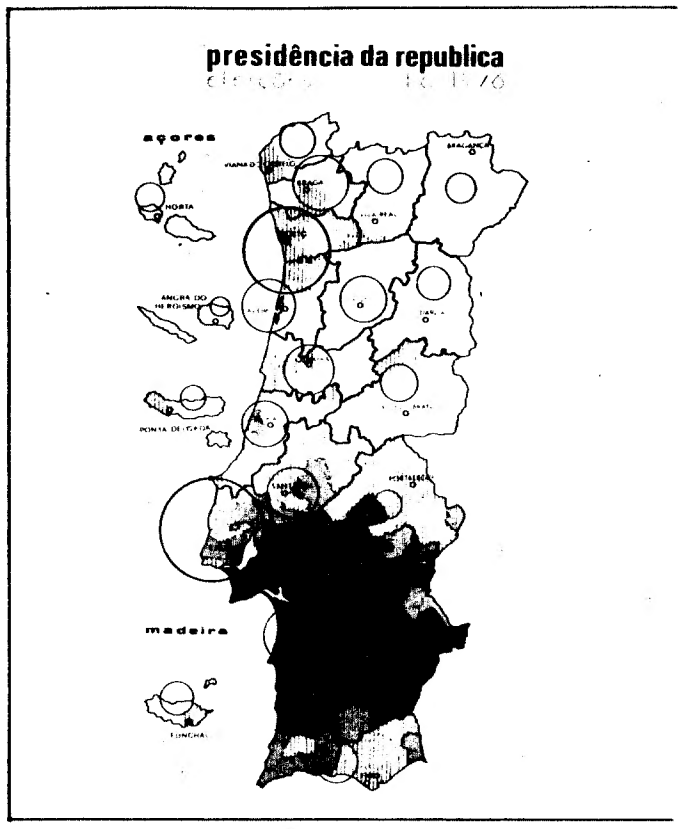
O major Melo Antunes, que considerou que a política externa portuguesa deveria ser «o maior garante da independência nacional», disse também que Portugal «tinha um importante papel a jogar nas relações entre os países desenvolvidos da Europa e os países pobres do Terceiro Mundo, nomeadamente os países africanos, a começar por um tipo novo e exemplar de relações entre Portugal e as suas ex-colónias, coisa que chegámos a tentar e foi conseguida durante algum tempo».

E a concluir: «penso que a política externa portuguesa poderia ser um exemplo de um tipo de política a ser conduzida por um país inserido no contexto do mundo capitalista, mas suficientemente autónomo para não ser completamente assimilado, digerido e hegemonizado pelo sistema do capitalismo internacional envolvente e capaz de ser respeitada pelos sistemas do Ocidente e do Leste, por forma a desempenhar um papel activo no mundo, a favor das forças que procuram formas de equilíbrio que conduzam à paz, à segurança e ao desenvolvimento integral dos povos».

Eleições livres em Portugal







Desde o 25 de Abril de 1974, o Povo Português, após o degelo do obscurantismo fascista, tenebroso e inerme, foi chamado a decidir do seu destino em quatro grandes consultas eleitorais: para a Assembleia Constituinte, em Abril de 75; para a Legislativa, em Abril de 76; para a Presidência da República, em Junho do mesmo ano; e, finalmente, para as Autarquias locais em Dezembro.

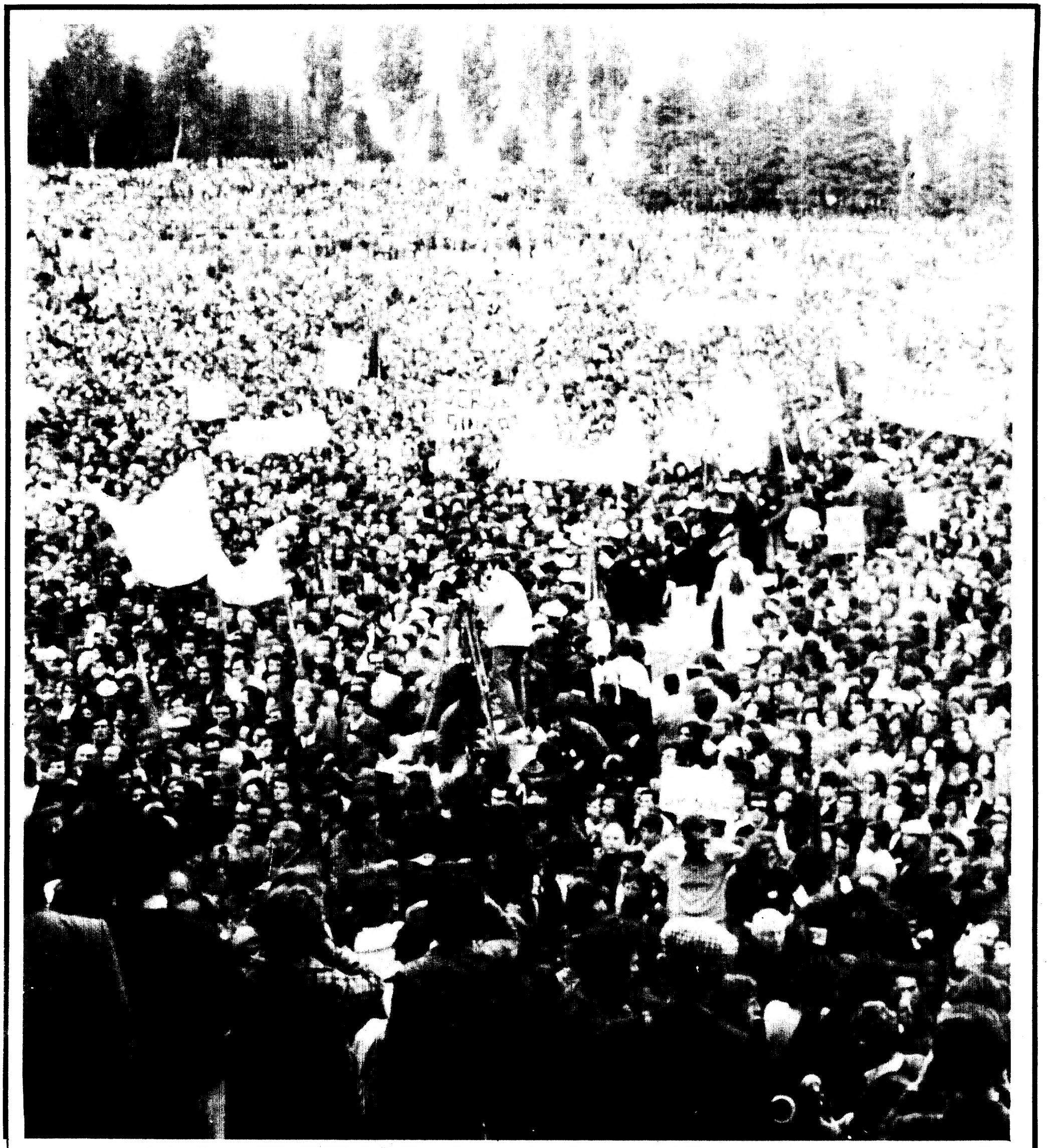
Em todas estas eleições, saiu reforçada a opção democrática e socialista da nossa gente, que através do seu voto insistente lembrou que o alicerce da República é o trabalho e o seu nervo são as classes trabalhadoras.

Nas primeiras eleições da série, em Abril de 75, muita gente estava longe de recuperar um processo revolucionário tão exaltante como o português. Tais erros de previsão pagam-se caro. Nas vésperas das eleições para a Assembleia Constituinte, quando a implantação das forças reaccionárias parecia confinar-se apenas às regiões petrificadas pela ignorância e pelo subdesenvolvimento económico, muitos tomaram por irreversíveis as transformações operadas nos grandes centros urbanos, desatentos ao problema de uma profunda e real democratização do Norte e do Centro do País.

DL

RENASCEN
ADMINIST
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

PRIMEIRO DE MAIO FESTA DA UNIDADE



A direita será um acidente se os trabalhadores quiserem